



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DANIEELE SILVA ARAÚJO

**ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA: Análise na EMEIF Profº Juvêncio Corrêa, Distrito de
Barreiras,
Itaituba-PA**

ITAITUBA/PA
2019

DANIEELE SILVA ARAÚJO

**ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:
Análise na EMEIF Profº Juvêncio Corrêa, Distrito de Barreiras,
Itaituba-PA**

Monografia de Graduação do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia apresentada à Faculdade de
Itaituba para obtenção do título de Licenciada Plena em
Pedagogia.

Orientadora:
Profª Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

ITAITUBA/PA
2019

ARAÚJO, Danieele Silva.

ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:
Análise na EMEIF Profº Juvêncio Corrêa, Distrito de Barreiras, Itaituba-PA / Danieele
Silva Araújo – Itaituba: CLPP da FAI, 2019.

68 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso
de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2019.

Orientadora: Profª Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Me.

1. Acessibilidade. 2. Deficiência Física. I. RIBEIRO, Elina. II. Faculdade de Itaituba.
Itaituba, BR-PA, 2019.

DANIEELE SILVA ARAÚJO

ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA:

**Análise na EMEIF Profº Juvêncio Corrêa, Distrito de Barreiras,
Itaituba-PA**

Monografia de Graduação apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profª Mestra Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____ Nota: _____
Profª Ma. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: _____ Nota: _____
Profº Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Avaliador: _____ Nota: _____
Profº Esp. Dhemesbraene Soares da Silva

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 16 de fevereiro de 2019.

Gratidão em primeiro lugar a Deus, pelo ânimo, sabedoria e sustento; aos meus pais, Daurenice Socorro Silva Costa e João Batista Oliveira Araújo, que foram minha força diária e nunca deixaram faltar nada para realização deste sonho. Aos irmãos e familiares que acreditaram em minha capacidade de chegar até o fim.

AGRADECIMENTOS

Agradecida a Deus por sua graça e bondade, por estar presente em todos os momentos me fortalecendo e guiando meus passos. Através da fé fui vencendo cada desafio em toda minha trajetória.

Aos meus queridos pais, Daurenice Socorro Silva Costa e João Batista Oliveira Araújo, meus heróis incentivadores em toda esta jornada que tenho uma enorme admiração, gratidão e amor imenso.

Aos meus irmãos: Tiago Jones Silva Araújo, Manoel Feliciano Araújo Neto e Izabele Silva Araújo, pelo apoio e carinho que sempre demonstraram.

Ao meu namorado Carlos Veloso da Silva pelas palavras incentivadoras, por todo apoio e amor dedicado a mim.

Ao meu primo, Paulo André Araújo e sua esposa, Nayenne pela hospitalidade em sua residência; ao meu Primo David Souza, por estar sempre me ajudando com palavras de incentivo e motivação.

As minhas colegas de classe, Amanda Viana, Rosangela Fernandes, Nayenne Souza e Mariana Bessa que estiveram comigo ao longo de todo período de estudos, pela união e dedicação que foram a base da nossa amizade.

Aos professores pelo esforço, dedicação e conhecimento transmitidos e a Faculdade de Itaituba, por ofertar o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia me proporcionando a oportunidade de cursar o nível superior.

Gratidão a minha orientadora Mestra em Educação Elina Renilde de Oliveira Ribeiro por sua paciência e dedicação ao longo de toda produção deste trabalho.

À direção, secretário, auxiliar de secretaria escolar, professores, alunos e toda comunidade escolar da Escola Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Juvêncio Correa, por contribuir com minhas pesquisas de campo para finalização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Direitos humanos, democracia e acessibilidade são indissolúveis, pois representam o respeito e a valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo. (BRASIL, 2008, p. 12).

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo conhecer os desafios da escola referente à acessibilidade escolar de alunos com deficiência física e suas práticas educativas no cotidiano a partir das concepções da comunidade escolar. A acessibilidade escolar é um fator fundamental e imprescindível para concretizar o acesso à educação, todavia urge a necessidade deste ambiente estar adaptado e preparado para a recepção do aluno com deficiência física, o que remete à obrigatoriedade postulada nas legislações de ser ofertado o processo educacional especializado para pessoas deficientes na forma regular de ensino, carecendo as escolas adequarem-se a essa circunstância. As metodologias utilizadas foram pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo na Escola Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Juvêncio Correa, Distrito de Barreiras, Itaituba-PA com representantes dos professores, membros do Conselho Escolar, pais, pessoal do apoio e administrativo da escola, gestão, alunos, totalizando 11 (onze) entrevistados. A partir dos relatos notou-se que as maiores dificuldades na acessibilidade escolar: são a falta de ambientes adequados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, falta de mobiliários adequados, recursos tecnológicos, faltam de profissionais capacitados. Ainda se identificou a insatisfação da comunidade escolar na questão da estrutura física, a falta de investimentos na educação inclusiva como também as dificuldades enfrentadas pelos professores, alunos, pais de alunos e toda comunidade escolar.

Palavras-Chaves: Ensino Fundamental. Acessibilidade Escolar. Deficiência Física.

ABSTRACT

This Course Conclusion Work had as objective to know the challenges of the school regarding the school accessibility of students with physical disabilities and their educational practices in the daily life from the conceptions of the school community. School accessibility is a fundamental and essential factor to achieve access to education, however, it is urgent that this environment be adapted and prepared for the reception of students with physical disabilities, which refers to the mandatory postulated in the legislation to be offered the specialized educational process for disabled people in the regular form of education, with schools having to adapt to this circumstance. The methodologies used were bibliographical research and field research at the Municipal School for Early Childhood Education and Elementary School Professor Juvêncio Correa, Barreiras District, Itaituba-PA with representatives of teachers, members of the School Council, parents, school support and administrative staff, management , students, totaling 11 (eleven) interviewees. From the reports it was noticed that the greatest difficulties in school accessibility: lack of suitable environments for the development of pedagogical activities, lack of adequate furniture, technological resources, lack of trained professionals. It was also identified the dissatisfaction of the school community in the issue of physical structure, the lack of investments in inclusive education as well as the difficulties faced by teachers, students, parents of students and the entire school community.

Keywords: Elementary School. School Accessibility. Physical Deficiency.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Perfil dos entrevistados	50
Quadro 2. Concepções sobre Acessibilidade Escolar	52
Quadro 3. Adaptações no espaço escola para alunos com deficiências físicas	53
Quadro 4. Fatores que dificultam acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O que é necessário para a superação de barreiras e promoção da acessibilidade escolar?	55
Gráfico 2. O que é necessário para promover a acessibilidade escolar?	56
Gráfico 3. Que tecnologias e suportes que promovem acessibilidade escolar?	57
Gráfico 4. Escala de 0 a 10 na escola na promoção de inclusão.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS: A ACESSIBILIDADE EM QUESTÃO... 13	13
1.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA: ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS	13
1.2 ACESSIBILIDADE NA LEGISLAÇÃO	20
1.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LDB e PNE	26
2 INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA	35
2.1 ACESSIBILIDADE ESCOLAR: UM DIREITO DE TODOS	35
2.2 PAPEL DO PROFESSOR NA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	39
2.3 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR E A ACESSIBILIDADE	44
3 ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ANÁLISE NA EMEIF JUVÊNCIO CORRÊA, DISTRITO DE BARREIRAS, ITAITUBA- PA.....	50
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA	51
3.3 CONCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR	52
3.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
BIBLIOGRAFIA	63
APÊNDICES	66

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais a educação tem sido um desafio constante em todas as escolas da rede de ensino, onde novas tecnologias surgem a cada ano no meio da sociedade moderna, recursos esses que é de suma importância para os docentes desenvolver suas atividades escolares. No passado quando se falava em educação não era comum ver nas escolas pessoas com necessidades especiais onde muitas das vezes até mesmo as famílias escondiam-nos da sociedade e era muito difícil não havia cursos e nem profissionais qualificados para atuar com essa classe estudantil, mas com o passar dos anos começaram a surgir oportunidade para ambos e políticas voltadas para educação inclusiva.

Com o decorrer dos anos foi implantada a educação inclusiva nas escolas da rede de ensino, com isso a demanda de alunos começou a aumentar e frequentemente começou a surgir cursos para capacitação de profissionais que atuam dentro de salas de aulas como professores itinerantes.

Desta forma, este Trabalho de Conclusão do Curso tem como objetivo conhecer os desafios da escola referente à acessibilidade escolar de alunos com deficiência física e suas práticas educativas no cotidiano a partir das concepções da comunidade escolar. Para desenvolver essa investigação, esse estudo pauta-se nos seguintes questionamentos: Como a comunidade escolar entende as questões de acessibilidade escolar? A escola possui as adaptações necessárias para receber alunos com deficiência física? Quais os elementos necessários para a superação de barreiras/obstáculos e promoção da acessibilidade no ambiente escolar?

A pesquisa fundamentou-se nas referências bibliográficas de teóricos, estudiosos e pesquisadores tais como: Araújo e Costa Filho (2015), Guerrero (2012), Pacheco e Alves (2007), Miranda (2003), Sassaki (2005), Silva e Arruda (2014) que discutem sobre acessibilidade escolar do aluno com deficiência física. A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de novembro de 2018, na Escola Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Juvêncio Correa, Distrito de Barreiras, Itaituba-PA com representantes dos professores, membros do Conselho Escolar, pais, pessoal do apoio e administrativo da escola, gestão, alunos, totalizando 11 (onze) entrevistados.

O referido trabalho está organizado em três capítulos, sendo que no primeiro é feita uma abordagem sobre a deficiência física em seus aspectos históricos onde as

peças com tais dificuldades eram desprezadas pela sociedade e muitas das vezes consideradas amaldiçoadas e com demônios em seus corpos. A sociedade tinha uma visão totalmente deturbada perseguindo e descriminando-os. É retratado ainda as leis que amparam e lhe dão os direitos igualitários.

Já o segundo capítulo trata da inclusão escolar do aluno, processo de acessibilidade, as dificuldades na promoção de ambientes adaptados para essa clientela e o papel do professor no processo de inclusão. E por fim, o terceiro capítulo traz a análise dos resultados das pesquisas realizadas com toda comunidade escolar retratando as dificuldades enfrentadas no dia a dia e a falta de espaços adequados para prática educativa contextualizando com a necessidade do processo educativo e inclusão escolar.

1 INCLUSÃO DE DEFICIENTES FÍSICOS: A ACESSIBILIDADE EM QUESTÃO

1.1 DEFICIÊNCIA FÍSICA: ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Ao analisar-se a trajetória histórica vivenciada pelos deficientes físicos no decorrer do tempo, verifica-se que essas pessoas tiveram, o que se pode ser estendido à atualidade, caminhos tortuosos e desumanos efetivados por ações aterrorizantes e violentas praticadas por aqueles que se consideravam sujeitos normais e superiores aos que tinham a má sorte de nascer com quaisquer que fossem as deficiências físicas. Permeando esse contexto, aproveita-se para verificar as características principais das maneiras de conceber a figura do deficiente físico no transcorrer do tempo.

Conforme Pacheco e Alves (2007, p.40) o que se pode observar ao estudar a história da deficiência de maneira intencional ou não, a marginalização da pessoa com deficiência era praticada e estava muitas vezes ligada ao fato de que as deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por espíritos maus, demônios ou uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos. Essa concepção direcionava a visão do doente físico para um sujeito carregado de impurezas e de pecados, sendo considerados indignos de conviverem com as demais pessoas consideradas normais, sendo apenas tolerados por elas. Isso reforçava a prática de marginalizá-los, dando a única alternativa aos deficientes de pedir esmolas nas ruas e praças das cidades.

A pessoa com deficiência na idade antiga, como qualquer outra pessoa do povo, também parecia não ter importância enquanto ser humano, já que seu abandono e exclusão não demonstrava ser problema ético ou moral. Para Aranha (2001, p. 30), “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e seus hóspedes”.

Observando as ideias expostas, depreende-se que as pessoas tomadas como deficientes físicos na antiguidade eram submetidas a sofrimentos e discriminações de maneira acentuada, tornando-os sujeitos sem valores e sem dignidade, incapacitados de conviver de maneira igualitária adjunto aos seus pares, isso pelo fato de que esses doentes físicos constantemente eram taxados como seres desonestos e contaminados por impurezas e pecados, prevalecendo a anormalidade física sobre o real valor do ser humano.

Considera-se a Idade Antiga um período marcado principalmente pelo menosprezo e indiferença da maioria das pessoas quanto aos deficientes físicos, pois na visão da população, toda discriminação e perseguição praticadas contra os deficientes físicos eram vistas como ações normais e plausíveis. Em conformidade com Miranda (2003, p. 45) na era pré-cristã, em que havia uma ausência total de atendimento aos deficientes, eles eram “abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais”.

Essas práticas preconceituosas e discriminatórias a respeito dos deficientes físicos perduraram por muito tempo, tais fatos adentraram e caracterizaram também idade média como um período de restrição social para as pessoas com algum desvio físico ou psicológico. Aranha (2001, p. 33) aponta que na idade média “aparentemente, pessoas com deficiências físicas e/ou mentais eram ignoradas à sua sorte, buscando a sobrevivência na caridade humana”. Nesse sentido, observa-se que as pessoas deficientes, ainda eram consideradas estorvos sociais, que eram postas à margem dos preceitos da sociedade, sob a ótica de sujeitos anormais, indignos de viverem e usufruir de direitos cidadãos.

Entretanto, a partir desse período as primeiras concepções esperançosas para os doentes físicos começam a despontar na sociedade média. Com o surgimento da corrente religiosa denominada cristianismo, a visão social sobre os sujeitos “defeituosos” passou a beirar a atitude caridosa, promovida inicialmente pelo poder e influência exercidos pela igreja. Nesse contexto, considera-se que com o surgimento do Cristianismo, “a visão de homem modificou-se para um ser racional, que era a criação e manifestação de Deus e os deficientes passaram a ser vistos como merecedores de cuidados”. (PACHECO; ALVES, 2007, p. 244).

Ainda nessa percepção, Aranha (2001, p. 36) informa que com a chegada do cristianismo a situação modificou-se, pois “todos passaram a ser igualmente considerados filhos de Deus, possuidores de uma alma e, portanto, merecedores do respeito à vida e a um tratamento caridoso”. Nesse viés, nota-se que as pessoas que possuíam alguma doença física, passaram a ser vistas como sujeitos que possuíam a necessidade de cuidados, isso pelo resultado do precípua reconhecimento da igualdade religiosa que atribuía aos doentes físicos o direito de serem vistos como filhos de Deus assim como todas as outras pessoas, precisando da atenção e do zelo daqueles considerados sãos.

Todavia, a despeito de uma visão caridosa referente aos doentes físicos, eles ainda continuaram sendo discriminados e humilhados por muitos recebendo sentenças massacrantes e doentias. Ratificando a ideia apresentada, Rosa (2009, p. 70) relata que as pessoas com deficiências físicas continuavam sendo consideradas uma manifestação do demônio, dessa maneira, para elas alcançarem a libertação e a salvação de sua alma era preciso que seus pecados fossem purificados, assim os doentes físicos eram submetidos a punições severas, exclusão e até mesmo postos a sacrifício.

Posterior a essa etapa histórica dos deficientes físicos, adveio o cenário da explosão industrial entre as nações mais desenvolvidas da época, redirecionando a figura humana para um preparo trabalhista, em que a produtividade alavancou e disseminou o capitalismo como modelo econômico vigente em vários países. Nesse período, a imagem das pessoas com deficiências passou a ser verificada de outra maneira, ou seja, a relação da sociedade com os deficientes, a partir dessa circunstância passou a “diversificar, caracterizando-se por iniciativas de Institucionalização Total, de tratamento médico e de busca de estratégias de ensino”. (ARANHA, 2001, p. 40).

Com a Revolução Industrial e o modo de produção capitalista, valorizou-se o potencial produtivo das pessoas. Foi neste período, conforme Pacheco e Alves (2007, p. 245), que houve uma atitude de maior responsabilidade pública pelas necessidades do deficiente, pois estes começam a ser vistos como potencialmente capazes de executar tarefas nas indústrias. Diante desse momento, brotaram-se as primeiras concepções que tomaram o deficiente físico como um ser capaz de trabalhar e de produzir como os demais. Além disso, surgiram novos pensamentos que deram base para o surgimento de técnicas e estratégias para a educação dos doentes físicos,

[...] assim, observa-se um período voltado para a educação da pessoa com deficiência em que novas técnicas, adaptações e programas de ensino foram estabelecidos e mantidos até os tempos atuais, embora em processos de aperfeiçoamento e/ou reformulação. (ARANHA, 2001, p. 40).

Nesse contexto, difundiu-se maneiras diferenciadas de tentar descobrir e trabalhar na investigação das anormalidades físicas que acometiam tantas pessoas. Dessa forma um novo momento histórico dos doentes físicos começou a se constituir.

Rosa (2009, p. 78) considera sobre esse período o princípio de um novo momento para as pessoas com deficiência, uma vez que o “desenvolvimento dos métodos científicos e da medicina procurava dar explicações a todas as manifestações e acontecimentos da época”. Nessa perspectiva, segundo a autora, muitos estudiosos impulsionados pela valorização do conhecimento científico, voltaram suas pesquisas para a verificação sistemática dos fenômenos que pairavam sobre o insuficiente conhecimento e entendimento a respeito dos doentes físicos, buscando-se principalmente respostas para a questão instrutiva e educacional desses grupos de pessoas.

Pacheco e Alves (2007, p. 246) defendem que foi com o avanço da medicina que é favorecida uma leitura mais organizada e sistematizada a respeito da deficiência, ou seja, “não é mais tão privilegiada a visão da deficiência como problema teológico e/ou moral, mas como um problema médico, favorecendo assim uma visão científica da questão”. Diante disso, nota-se que o defeito físico presente em algumas pessoas deixa de ser visto como uma questão mítica envolvendo impurezas e espíritos malignos, e passa ser observada sob a ótica do saber científico, que passou a considerar os deficientes como pessoas que necessitavam de cuidados médicos, e assim as primeiras instituições para tratamentos foram implantadas.

A respeito da ideia apresentada, Aranha (2001, p. 41) informa que o “primeiro hospital psiquiátrico surgiu nessa época e se proliferou, mas da mesma forma que os asilos e conventos, eram lugares para confinar, ao invés de tratar as pessoas. Tais instituições eram pouco mais do que prisões”. Com base nisso, entende-se que as instituições a serem condicionadas ao recebimento de pessoas com anormalidades não desempenhavam funções específicas para tratá-las, somente funcionavam como um lugar de encarceramento desse grupo de pessoas, para evitar o convívio delas com o restante da sociedade.

Conforme Rosa (2009, p. 79), o século XVIII surge com certo progresso para as pessoas que possuíam deficiência, pois, vários estudiosos das áreas da medicina, filosofia e pedagogia acreditaram e propuseram um norte para uma aprendizagem possível de ser realizada com as pessoas com limitações, tendo por base treinamentos e instruções pré-estabelecidas. Ainda segundo a autora, diversas instituições foram criadas a partir dessa época, com intuito de fornecer ensinamentos didáticos para reverter ou melhorar casos mais acentuados de deficiências. Fato que se difundiu por muitos lugares, brotando os fundamentos principiantes do ensino na

educação especial. Adiante a esses fatores, as concepções a respeito dos mais variados tipos de deficiências continuaram a ser debatidas e investigadas. Assim,

[...] entre os séculos XVIII e XIX podemos identificar a fase da institucionalização em outros países do mundo, marcada pela concepção organicista, que tinha como pressuposto a ideia de a deficiência mental ser hereditária com evidências de degenerescência da espécie. Assim a segregação era considerada a melhor forma para combater a ameaça representada por essa população. Nesta mesma ocasião, no nosso país, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, a era da negligência. (MIRANDA, 2003, p. 50).

Depreende-se da ideia do autor, que ao mesmo tempo a deficiência física era tratada como uma doença e passível de ser investigada e verificada sob o ponto de vista médico, os deficientes continuavam a ser segregados da sociedade. Desse modo, era entendido que o melhor para a sociedade era aprisionar os sujeitos tidos como anormais e poderiam oferecer riscos à sociedade.

Em busca de estudar e compreender as características que envolviam as pessoas com deficiência, Rosa (2009, p. 81) aponta que no século XIX, profissionais como Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Froebel entre outros, demonstraram interesse mais amplo em estudar a deficiência, especialmente a mental, e “é neste período que ocorre uma superação da visão de deficiência como doença, para uma visão de estado ou condição do sujeito”. A partir do século XX, houve necessidade de se especificar os estudos sobre a educação de pessoas com deficiências, assim “para estudá-las e compreendê-las, as deficiências passaram a ser organizadas em diferentes categorias, de acordo com suas características e sintomas”. (ROSA, 2009, p. 82).

Diante do exposto, é possível observar os marcos históricos dos deficientes no decorrer dos tempos, modificaram-se conforme a alteração da visão do próprio homem a respeito dos sujeitos com desvios biológicos. Além disso, as mudanças tiveram valor significativo para a convivência tanto com as pessoas deficientes, como também para as que não são. Assim, como afirma Pacheco e Alves (2007, p. 247), todos podem assumir “postura mais reflexiva e crítica acerca do significado da deficiência em nossa sociedade”.

Além do posicionamento do deficiente no decorrer do tempo, outra questão apontada para esse grupo de pessoas, baseia-se acerca da concepção do termo deficiência. Nos dias atuais, o conceito de deficiência pode ser verificado em vários

postulados teóricos, assim como nas legislações vigentes. O interesse comum parece permear na especificação científica daquilo que se considera deficiência, abrangendo os mais variados aspectos dessa temática.

A Lei nº 10.690 de 16 junho de 2003, em seu Art. 2º, § 1º considera a pessoa portadora de deficiência física aquela que possui alteração por completo em algum componente de seu corpo, o que dificulta a sua mobilidade física, tendo a forma de “paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro” além de “paralisia cerebral membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”.

Observa-se a partir do excerto discorrido, que a Lei assume a pessoa com deficiência física, através dos segmentos alterados por completo que constituem o corpo do sujeito, dando-lhe nomenclaturas conforme a tipologia da deficiência. Além disso, o Decreto 5.296 de 2004, aponta em seu Capítulo I, Do Atendimento Prioritário, no Art. 5º, § 1º, inciso I que pessoa com deficiência é o sujeito que “possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade”. O decreto supracitado aponta em seu inciso I, nas alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e *e* respectivamente as categorias das dessas limitações, podendo elas serem deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental e deficiência múltipla.

Desse modo, este Decreto considera como deficiente, não só as pessoas com limitações de mobilidade física, ou seja, indivíduos que por motivos congênitos ou adquiridos não apresentam membros por completo, mas também aqueles cujas deficiências impossibilitam a eles a prática de atividades diárias, dentre esses sujeitos, estão os que possuem deficiência auditiva, deficiência na visão, transtornos mentais e defeitos múltiplos, que consiste na associação de mais de uma deficiência na mesma pessoa. A frente disso, nota-se que as deficiências podem ser categorizadas conforme a sua especificidade, envolvendo as características dela, suas causas e consequências, fatores que influenciam gradativamente no grau de limitação do deficiente no meio social.

Amiralian (2000, p. 98) atribui um conceito ao termo deficiência, constituindo-se de “perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente”. Para o autor integram-se nessas perdas, o acontecimento de uma irregularidade, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido

ou qualquer outra estrutura do corpo, entre elas as funções mentais. Ainda o autor considera a demonstração exteriorizada de uma característica biológica, resultando numa anomalia do organismo, uma irregularidade no órgão.

No contexto da concepção de deficiência, discorre-se sobre dois fatores que em muitas vezes associam-se à imagem do defeito físico, sendo eles a incapacidade e desvantagem. Ainda segundo Amiralian (2000, p.99), o sujeito incapaz é aquele que está restrito de realizar atividades tidas como normais no dia a dia, desse modo, esse impedimento surge como resultância de uma deficiência física, psicológica ou sensorial, além disso, a incapacidade reflete a consequência da deficiência através das atitudes que o deficiente terá junto à sociedade. Outro fator subsequente à incapacidade, sob a ótica do autor referido, constitui-se na desvantagem, vista como o prejuízo ao portador de deficiência por consequência de seu defeito biológico, reduzindo o seu desempenho social conforme os aspectos usuais no cotidiano.

A deficiência física congênita é definida pela ausência ou anomalia na estrutura biológica do indivíduo, que ocorre impreterivelmente ao nascimento do sujeito. Essa deficiência apresenta algumas causas, tais como, “prematuridade, anóxia perinatal, desnutrição materna, rubéola, toxoplasmose, trauma de parto, exposição à radiação, uso de drogas, causas metabólicas e outras desconhecidas” (MACEDO, 2008, p. 128).

De fato, o autor ainda aponta que a deficiência pode ser uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento das funções físicas, podendo apresentar-se sob o modo de “paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral e membros com malformação” (AMIRALIAN, 2000, p. 100). Em vista disso, percebem-se as formas que denominam um deficiente físico possuem maneiras variadas de concepções, especificadas cada uma conforme a natureza de sua gravidade, dessa forma denomina-se:

- Paraplegia: paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo, comprometendo as funções das pernas.
- Paraparesia: perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
- Monoplegia: perda total das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou membro inferior).
- Monoparesia: perda parcial das funções motoras de um só membro (podendo ser membro superior ou membro inferior).
- Tetraplegia: paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo as funções dos braços e

pernas. - Tetraparesia: perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores. (MACEDO, 2008, p.129).

Diante do exposto, é possível evidenciar a relação de algumas deficiências físicas elencadas pelo autor, e do mesmo modo, compreender as características que cada uma acarreta no corpo humano. Ainda assim, Fonseca (2012, p.50) aponta que pode ocorrer a associação de duas ou mais deficiências primárias, sendo elas mentais, visuais, auditivas e físicas com os comprometimentos que afetam e promovem atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa, denominado pelo autor de deficiências múltiplas. A frente disso, apresenta-se outras formas de deficiências físicas, dentre as quais elencam-se:

- Triplegia: perda total das funções motoras em três membros. - Triparesia: perda parcial das funções motoras em três membros. - Hemiplegia: perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). - Hemiparesia: perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). - Paralisia Cerebral: termo amplo que designa um grupo de limitações psicomotoras resultantes de uma lesão do sistema nervoso central. -Malformação Congênita: anomalia física desde o nascimento. (MACEDO, 2008, p. 129).

Perante isso, as concepções a respeito da deficiência variam conforme cada contexto, contudo, nota-se também que a pessoa com deficiência, mesmo sob a carga de suas limitações, constitui-se como um ser capaz de conviver de forma harmoniosa e produtiva dentro da sociedade. Fonseca (2012, p. 47) adverte que, “a capacidade ou incapacidade da pessoa com deficiência nada tem a ver com suas condições pessoais, seus impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais”.

Portanto, qualquer deficiente pode efetivar sua convivência social dentro de suas próprias possibilidades, tendo a liberdade de escolher ambientes para frequentar, como igrejas, lojas, escolas e outros, cujo quais devem estar adaptados para facilitar a circulação das pessoas com deficiência física, promovendo a livre movimentação dessas pessoas como qualquer sujeito social que dispõe de seus direitos cidadãos.

1.2 ACESSIBILIDADE NA LEGISLAÇÃO

Nos dias atuais, a questão da acessibilidade dos deficientes aos mais variados lugares e contextos tem sido objeto de frequentes discussões. Muitas conquistas já

foram alcançadas no decorrer dos tempos por esse grupo de pessoas, contudo, há muito o que se fazer para tornar pleno os direitos reais das pessoas que possuem deficiência física dentro da sociedade. Dessa maneira, destaca-se os deficientes físicos possuem direitos igualitários como qualquer outra pessoa. Segundo Pagliuca, Aragão e Almeida (2007, p. 58), todos os sujeitos, inclusive os que possuem algum tipo de deficiência física, “têm direito ao acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho. Essas áreas contribuem para a inserção social, desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva”.

Conforme o exposto, nota-se que os deficientes físicos dispõem dos mesmos direitos das outras pessoas, não havendo qualquer distinção haja vista sua característica biológica diferenciada. Diante disso, a questão da acessibilidade surge como um fator essencial para a garantia de alguns direitos dos cidadãos, dentre eles o de ir e vir. Conceituando o fator da acessibilidade, aponta-se que ela pode se referir a “conectividade, meios econômicos, infraestrutura, meios cognitivos e educação, disponibilidade de informação e usabilidade”, acrescenta-se também que “com o advento da sociedade da informação, ela deixa de ser focada no espaço físico e passa a incorporar o ciberespaço”. (GUERRERO, 2012, p. 30).

A acessibilidade garante a princípio, os direitos dos deficientes físicos de frequentar os mais variados lugares. Todavia, a frente de uma sociedade globalizada em que as mudanças sociais, econômicas e culturais ocorrem diariamente, a concepção da acessibilidade também passou a contemplar os direitos das pessoas com deficiências físicas de participarem igualitariamente do universo tecnológico, educacional e utilidades recorrentes, como as informações necessárias para uma plena inserção social concretizada.

Nesse mesmo ponto de vista, Pagliuca, Aragão e Almeida (2007, p.40) apontam que as pessoas com deficiência física para exercerem esses direitos e fortalecerem sua participação como cidadãos, há necessidade de se atingir alguns objetivos, como o direito à acessibilidade aos fatores culturais, sociais, como saúde, educação, lazer, e econômicos, como o direito igual de oportunidade de trabalho.

Desse modo, acessibilidade não se baseia somente em assegurar a equidade e igualdade, seja ela física ou psicológica, mas principalmente tornar possível a igualdade dos fatos e das coisas, das oportunidades, do acesso, como locomoção e comunicação, da educação e dos meios de informação e ensino. Ou seja, a liberdade de ir e vir das pessoas com deficiência torna-se impossibilitada no momento do acesso

a um determinado local ou ambiente possui um obstáculo físico ou comunicativo. No momento que isso ocorre, diz o autor, há o impedimento das pessoas com desvios físicos de usufruir daquele ambiente, resultando em um fator de discriminação.

Nessa perspectiva, algumas legislações estabelecem de forma geral e específica as maneiras legais dos direitos dos deficientes físicos prescritos em lei. Diante disso, partindo-se do princípio de que todas as pessoas são iguais perante a lei, a Constituição Federal de 1988 dispõe no Título II, dos Direitos e garantias Fundamentais, Capítulo I (dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), em seu art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assim, as pessoas com deficiência estão inclusas no princípio constitucional de igualdade, em que são consideradas de igual valor perante a lei, possuindo dos mesmos direitos e deveres sociais, sem discriminação de quaisquer que sejam as características físicas ou sociais. E de igual maneira, possuem como garantia constitucional, usufruto da vida, de sua liberdade, igualdade incondicional, direito à segurança e à propriedade.

Está descrito também no livro Federação Nacional das APAEs (2003, p. 20),

O pressuposto de que a pessoa portadora de deficiência necessita de proteção jurídica para ter garantido o direito à sua integração social decorre da aplicação do Princípio Constitucional da Igualdade, que assegura tratamento desigual para os desiguais, de acordo com as peculiaridades inerentes a cada um e de acordo com suas necessidades. Tal princípio vai agir ora cuidando de resguardar a obediência à isonomia de todos perante a lei, evitando a discriminação, ora colocando a pessoa portadora de deficiência em situação protegida, “benefício” este perfeitamente justificado pela dificuldade de inserção e integração social deste grupo.

Nesse sentido, nota-se que a Carta Magna, que rege os princípios legais para a efetiva convivência social no Brasil, assume a pessoas com deficiência como uma pessoa que possui direitos iguais àquelas pessoas que não tem deficiência. Ideia ratificada pela Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), que enfatiza em seus preceitos legais a proteção, inserção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

Ao tratar-se proteção e integração das pessoas portadoras de deficiência, a Constituição Federal de 1988 em seu Capítulo II, art. 23, determina que é “competência do comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras

de deficiência”. Ademais, no art. 24, XVI da mesma lei, indica-se que “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência”.

Observa-se no excerto discorrido, que os segmentos constitucionais atribuem excepcionalmente à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios a incumbência de promover o cuidado da saúde e da assistência pública, exercendo a proteção e garantindo os direitos das pessoas com alguma deficiência. Do mesmo modo, expressa-se na constituição que todas as repartições governamentais já citadas, devem estabelecer e executar ações para a promoção da proteção e da integração nos mais diversos contextos sociais das pessoas portadoras de deficiência física. Tais incumbências, se praticadas como expressas na lei, objetivam o convívio pleno dos deficientes em qualquer ambiente que eles frequentem.

A frente disso, ao especificar a acessibilidade como um direito constitucional e essencial para as pessoas portadoras de deficiências físicas, dispõe-se na Constituição Federal de 1988, no Título IX (das Disposições Constitucionais Gerais), Art. 224 sobre a necessidade de “adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências”.

A partir dessa prerrogativa, nota-se os direitos das pessoas que possuem alguma deficiência, passam da visão geral para as especificidades necessárias que buscam a garantia do bem-estar e do pleno convívio social das pessoas desse grupo. Dessa maneira, expressa-se na lei, a necessidade de adequação de ambientes que estão entre os lugares de direito de acesso dos doentes físicos, dentre os quais podem ser destacados as ruas, prédios e transportes coletivos, conforme a CF/1988.

Seguindo essa linha de pensamento, a lei 7.853 de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua inclusão social, conhecida como Lei da Corde (Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) em seu Capítulo V, na área das edificações, art. 2º afirma que é necessário a adoção e a efetiva execução de normas que garantem a funcionalidade das “edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, e permitem o acesso destas à edifícios, logradouros e meios de transporte”.

Diante disso, observa-se que a lei 7.853 de 1989, especifica as necessidades especiais que as pessoas portadoras de deficiência apresentam. Nesse sentido, essa

lei, destaca a necessidade de aprimoramentos de locais e ambientes para a locomoção das pessoas desse grupo. E assim como a CF de 1988, a lei 7.853/89 também enfatiza a prioridade de adequação da estrutura das edificações e das vias de fluxo e tráfego, para o aperfeiçoamento da movimentação das pessoas com deficiências em qualquer ambiente que ela queira frequentar. Além disso, expressa-se nessa lei, a remoção de obstáculos que impedem a circulação dos doentes físicos, de modo a facilitar seu acesso à residências, edifícios, ruas e meios de transporte.

Nessa perspectiva, a Portaria Nº 1.679, de dezembro de 1999, dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Essa portaria direciona-se à acessibilidade do deficiente aos ensinos superiores, ou seja, ela estabelece as normas legais para a ampliação e execução de programas nas instituições que possibilitam aos portadores de deficiência a continuidade aos seus estudos. Dentre essas ampliações, destaca-se a eliminação de barreiras físicas, criação de rampas, reserva de vagas de estacionamento, treinamentos de profissionais intérpretes, e entre outros.

Além disso, conforme a Federação Nacional das APAEs (2003) a integração social da pessoa portadora de deficiência não se limita, somente, à garantia ao direito à igualdade de coisas, de fatos, de acesso, e no seu livre direito de ir e vir, com a proibição de barreiras físicas. Mas complementa-se com o direito que essas pessoas possuem à saúde, à educação, ao trabalho, ao transporte, ao lazer e à aposentadoria, com base no que se prescreve nos preceitos constitucionais.

Concomitantemente, outras condições e normas inerentes à acessibilidade encontram-se prescritas no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Observa-se que esse decreto regulamenta as leis de nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá “prioridade de atendimento às pessoas que especifica”, e de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”.

Referindo-se à prioridade de acolhimento e recebimento de pessoas com deficiência, o Decreto 5.296 de 2004 em seu Capítulo II, Do Atendimento Prioritário, no Art. 5º determina-se que “os órgãos de administração pública e direta, indireta e fundacional [...] deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”. Dessa maneira, entende-se que as pessoas

com deficiências ou mobilidade limitada devem ser recebidas de forma preferencial em qualquer instituição onde se presta algum tipo de serviço e atendimento.

Por conseguinte, prescreve-se no Decreto 5.296/04 a concepção a respeito do termo acessibilidade, expresso no Capítulo III, Das Condições gerais da Acessibilidade, no art.8º, I ocorrendo quando uma pessoa deficiente ou com mobilidade limitada passa a ter “condição para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, [...] dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação”. A frente disso, percebe-se que essa lei proporciona às pessoas com deficiência o direito de frequentar qualquer ambiente, e esse, como se determina também na legislação citada, deve adaptar-se para o recebimento daquelas pessoas, eliminando qualquer tipo de obstáculo que impossibilite a acessibilidade.

Nessa perspectiva, nota-se com base nos preceitos legais do Decreto 5.296/04, Capítulo III, Art. 8º, III que barreira consiste em “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação”. Conforme esse postulado, observa-se que as barreiras são os empecilhos que limitam e restringem o acesso do deficiente aos mais variados lugares e meios comunicativos, reduzindo a sua capacidade de conviver na sociedade. Sobre isso, descreve-se nesse decreto que esses entraves consistem em bloqueios urbanísticos, em edificações, nos meios de transporte e comunicativos, impedindo gradativamente a capacidade do deficiente circular com liberdade por onde deseje.

Para que as pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzidas possam circular de forma livre e acessível, entende-se que é necessário que os ambientes os quais elas frequentam estejam aptos a recebê-las conforme a possibilidade e condição de cada uma. Perante isso, aponta-se na Seção II, Das Condições Específicas, Art. 16 da Lei 5.296/04 que os espaços do mobiliário urbano “devem garantir a aproximação segura e o uso por pessoa portadora de deficiência visual, mental ou auditiva, a aproximação e o alcance visual” além de “manual para as pessoas portadoras de deficiência física, em especial aquelas em cadeira de rodas, e a circulação livre de barreiras”.

Ao proporcionar-se adequações arquitetônicas aos locais onde pessoas com deficiência frequentam, isso com base nos pressupostos legais, promove-se a acessibilidade, o que consiste em tornar possível aquilo que era inacessível para esse

grupo de pessoas. Simultaneamente, o Decreto 5.296/04 determina em seu Capítulo VI, Art. 7 o acesso garantido aos meios de comunicação dos mais variados tipos, haja vista que por meio do processo comunicativo também se promove a acessibilidade, propiciando aos deficientes, a possibilidade de entrada no mundo da informação e da tecnologia, dentre os quais destaca-se o acesso à internet.

Diante disso, Ribeiro (2011, p. 82) acredita que a acessibilidade voltada, a princípio somente para a eliminação de obstáculos físicos e arquitetônicos, vem se ampliando, em que se propõem a supressão de quaisquer barreiras, desde os entraves arquitetônicos até os psicológicos sociais, que obstruir o desenvolvimento dessas pessoas para a inclusão educacional, profissional e social. Dessa forma, segundo o autor supracitado, alargam-se os métodos e práticas da acessibilidade, o que pode gerar uma sociedade mais integrada e conscientizada a respeito das pessoas com deficiências permanentes ou temporárias.

Segundo o autor supracitado, a acessibilidade é aqui entendida como condição acessível aos lugares, às pessoas, à comunicação, aos serviços, dentre outros. Também consiste na possibilidade de “interagir com o ambiente de forma segura, com o máximo de autonomia possível, mesmo que as pessoas tenham singularidades acentuadas. Isso implica condições acessíveis”. (RIBEIRO, 2011, p. 84).

Diante do exposto, é possível observar que a acessibilidade não se limita somente à eliminação de barreiras e obstáculos, mas também compreende os direitos das pessoas com deficiências possuem em relação à educação, à cultura, ao conhecimento, ao lazer, ao trabalho e tantos outros fatores que as tornam pessoas capazes de transformar, produzir e conviver dentro da sociedade.

1.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LDB e PNE

A efetivação dos direitos sociais inerentes a cada cidadão, independentemente de sua posição e condição social, baseia-se significativamente ao acesso à educação. Haja vista, que por meio dela, o sujeito pode construir e adquirir conhecimentos, reconhecer valores e constituir sua própria cidadania. Nesse sentido, destaca-se que a educação “visa à formação integral do ser humano, sendo um processo contínuo de integração à sociedade em todo o curso de sua vida. Ela faz parte dos direitos fundamentais do homem, das necessidades básicas de todos” (GUERRERO, 2012, p. 21).

Seguindo essa perspectiva, nota-se que a educação é um processo que envolve a todos, sem distinção e discriminação e deve ser ofertada a qualquer indivíduo que dela se faz necessário. Dentro desse contexto, Ribeiro (2011, p. 87) acredita que a educação inclusiva busca a promoção igualitária do acesso à educação para aqueles que na maioria das vezes são estigmatizados devido as suas características físicas ou psicológicas diferenciadas daquilo considerado normal pelos padrões sociais. Aprofundando-se nessa questão, nota-se que a educação inclusiva vem se aprimorando no decorrer dos tempos.

Os projetos iniciais que envolveram a questão da inclusão, os quais se tem notícia, envolvem o final da década de 1960, especificamente no continente europeu. Adiante, tratou-se também dessa temática nos Estados Unidos, a partir de 1975. Entretanto, a autora supracitada, aponta que o fator da inclusão pôde ser considerado com mais afinco a partir das experiências efetivadas no término da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1946, circunstância em muitas localidades europeias achavam-se assoladas, com a maioria da sua população marcada pelos resultados sangrentos de batalhas, entre elas mulheres, adolescentes e crianças que apresentavam em seus corpos, a deficiência como resultado desse período de horrores. (ROSA, 2009, p. 23).

Nesse cenário, para reestabelecer tudo aquilo que se encontrava assolado, foi preciso um investimento material e econômico intensivo, porém, foi necessário principalmente, “o investimento no humano, promovendo o trabalho solidário e cooperativo e uma educação acolhedora daqueles mutilados emocional e fisicamente” (ROSA, 2009, p. 26). Dessa maneira, observam-se as características da educação inclusiva, começam a despontar na sociedade, de modo a acolher e propiciar aos deficientes uma educação conforme suas possibilidades e necessidades.

Segundo Ainscow (2009, p. 11) o processo de desenvolvimento da educação especial abarcou várias etapas durante as quais os sistemas de educação estudaram formas diferenciadas de lidar com as crianças que possuíam deficiências e também a aquelas que apresentavam bastantes dificuldades na hora de aprender. O mesmo autor comenta sobre educação especial em muitas situações, foi ofertada, por vezes, como apenas um acréscimo à educação de maneira geral, e em outras circunstâncias ela foi totalmente apartada.

Sobre esse posicionamento, Rosa (2009, p. 27) aponta que nas salas de aula das escolas regulares se efetivava uma educação movida pelo processo de exclusão, em que o valor de igualdade das turmas era incentivado por práticas educativas

discriminatórias. Segundo a autora, os estudantes compareciam às classes especiais ou frequentavam as salas de recursos didáticos nessas escolas, era “organizado um cronograma com dias e horários diferenciados para as atividades e, até mesmo, para os intervalos e recreios, que impossibilitavam o convívio destes com seus colegas ditos normais” (ROSA, 2009, p. 42). A autora referida denota que os alunos deficientes eram condenados e marginalizados, e muitos deles acabavam procurando escolas que eram consideradas específicas para alunos diferentes.

Entretanto, um marco histórico que contribui na reformulação de educação inclusiva, ocorreu na Espanha, em julho de 1994, com a efetivação da declaração de Salamanca, que aborda sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Acredita-se que essa declaração, consiste no “documento internacional mais significativo que já apareceu na área de educação especial” (AINSCOW, 2009, p.12). Isso pelo fato desse documento reconhecer em seu art. 1 “a necessidade e a urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino”.

A partir desse acontecimento, nota-se a visão e as práticas inerentes à educação inclusiva, passaram a ser norteadas e aperfeiçoadas com base nos segmentos estabelecidos da Declaração de Salamanca. A respeito desse documento, Rosa (2009, p. 28) acredita que ele estabeleceu a “proposta educacional escolar baseada nos princípios de igualdade de oportunidade e da integração” e “transformou-se no alicerce que inspira e sustenta, ainda hoje, a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais”. Isso, abrangendo o ensino regular em muitas nações, e fundamentando as leis e políticas da educação.

Seguindo-se esse viés, muitas concepções foram estabelecidas referentes ao entendimento do significado dos termos educação inclusiva. Conforme a ideia de Sánchez (2005, p. 30) aquilo que pode ser evidenciado como uma educação inclusiva, baseia-se no entendimento de percebê-la como uma tentativa de assistir e atender os alunos que constituem o sistema educacional que apresentam dificuldades de aprendizagem, e também pode ser vista, como uma maneira de assegurar que os alunos portadores de deficiência alcancem os mesmos direitos disponíveis àqueles considerados normais, principalmente o direito de estudo em uma escola regular.

Compartilhando da mesma ideia sobre educação inclusiva, Melo e Pereira (2013, p. 41) também enxergam esse fator como a possibilidade de acesso igualitário

à educação, sem distinção e discriminação, em que todo aluno, sendo esse portador de alguma deficiência ou não, tem oportunidades iguais de estudo, e direito de ser recebido de maneira comum em qualquer estabelecimento de ensino regular. Isso pode encaminhar segundo os autores, para uma participação plena e efetiva dentro da sociedade. Colaborando com esse pensamento, Gonçalves (2014, p. 50) entende que a educação inclusiva

[...] é uma opção ideológico cultural em favor das minorias, no sentido de garantir direitos e plena participação social. Para que o aluno público alvo da educação especial atinja seu desenvolvimento é de extrema importância proporcionar oportunidades de aprendizagem coletiva e enriquecedoras com trocas de experiências ímpares entre alunos com e sem deficiência.

Depreende-se do exposto na educação inclusiva, se estabelece quando as oportunidades de acesso são igualadas. Redireciona as possibilidades de estudo para o mesmo nível, em que se propaga a indistinção de sujeitos e todos passam a gozar de um sistema de ensino que promove e disponibiliza uma educação democrática a todos. Além disso, observa-se ainda que quando se tratar de alunos deficientes, a aprendizagem deve ser estabelecida principalmente através da inserção e interação desses estudantes aos meios frequentados por todos, inclusive por aqueles que não possuem deficiência.

Dessa maneira, o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências passam a ser evidenciados por intermédio da interatividade com seus pares, e não com o afastamento e segregação deles. Nisso, o paradigma da educação inclusiva começa a promover o acesso igualitário a todos os indivíduos.

De acordo com Sassaki (2005, p. 21), a inclusão consiste em adaptar constantemente “os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que formam excluídas”. Desse modo, nota-se os termos gerais, a inclusão educacional propõe o reestabelecimento das pessoas que em outro momento eram marginalizadas e discriminadas por suas diferenças físicas, e por consequência disso, deixavam de frequentar escolas e de ampliar seus estudos.

Ao analisar essas questões, Ainscow (2009, p. 13) alerta que a educação inclusiva tem por dever a abrangência de todos os sujeitos, envolvendo principalmente crianças e jovens em idade escolar, e que ela deve estar centralizada em modelo presencial, na modalidade participativa. O mesmo autor acrescenta que a educação

inclusiva permeia a inclusão e exclusão, isso pelo fato de que ações inclusivas combatem as atitudes que promovem a exclusão, e isso deve ser um processo contínuo. Destaca-se também, que a escola promotora da inclusão deve estar em constante evolução, e não se fixar acima de um paradigma estável de educação inclusiva.

Em relação à concepção de educação inclusiva, Gil (2005, p. 11) indica que esse fator não pode ser concebido como um modelo temporário, pois é fruto de muitas reuniões e discussões a respeito dessa temática, além de também ser consequência de muitos estudos teóricos-científicos, resultado de experiências duradouras entre educadores e pessoas portadoras de deficiência do Brasil e do resto do mundo. Além disso, ressalta o autor supracitado, que a educação inclusiva, adveio principalmente de um contexto histórico marcados por segregações e discriminações, e que hoje em dia, baseada em novos princípios, tem por propósito a efetivação da cidadania e dos direitos das pessoas com deficiências.

Nessa mesma perspectiva, Ainscow (2009, p. 14) preconiza a inclusão em educação como um efetivo processo de desenvolvimento e transformação de valores em atitudes reais que proporcionam direitos iguais a todos, o que resulta em atividades e práticas da educação baseadas em serviços essenciais e necessários para os portadores de deficiência, fato que promove o reajuste de valores propostos nos sistemas de ensino e nas estruturas sociais defendendo tais ações. Em palavras diretas, Gil (2005, p.23) assinala que, “o objetivo da Educação Inclusiva é garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade”.

A frente disso, no cenário que envolve a educação inclusiva, encontra-se também prescrito na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, algumas normas para a estruturação e efetivação da educação especial brasileira. Nesse sentido, em seu Capítulo V (Da Educação Especial), no Art. 58 está disposto a educação especial sendo aquela ofertada a todos os sujeitos que possuem algum desvio biológico, envolvendo os deficientes, alunos que possuem transtornos psicológicos e aqueles que possuem habilidades extremas. O que remete ao entendimento de uma educação inclusiva e igualitária aos educandos com necessidades especiais.

Especificando a oferta da educação especial, fica estabelecido no Capítulo V, no § 2º que o acolhimento na educação será realizado dentro das classes e nas

escolas, ou através de serviços especializados, sempre que, em função da possibilidade do educando, não for viável sua inserção nas turmas de ensino regular. Dispõe-se também no § 3º que “a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Nessa direção, nota-se que a educação inclusiva constitui um direito fundamental das pessoas com deficiência, sendo dever do estado propiciá-la a cada um que necessite. Ademais, assegura-se aos alunos com necessidades especiais, no Art. 59 da LDB/1996:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Conforme o exposto, a LDB/1996 assevera os direitos das pessoas dotadas de necessidades especiais, perpassando pelos parâmetros educacionais, em que se dá a garantia de um ensino que promova o desenvolvimento do educando com deficiência em vários aspectos, isso com o propósito de possibilitar a inclusão deles nos meios, para que possam exercer sua cidadania e reconhecer seus direitos.

Para Mantoan (2005, p. 13) a LDB nº 9.394/1996, ao considerar a Educação especial uma modalidade de ensino, vai ao encontro dessa perspectiva de forma positiva, tendo como preceito fundamental o reforço às características essenciais para evidenciar um atendimento proveitoso nesse tipo de ensino. Além disso, a autora aponta que os educandos portadores de deficiências, prioritariamente aqueles que já podem cursar o ensino fundamental, precisam, conforme o exigido pela LDB/1996, ser vinculados aos estabelecimentos de ensino, devendo frequentá-los regularmente em classes de sua idade equivalente, isso nas escolas comuns além de ter atendimento especializados extraclasse.

Concorrente à LDB/1996, o Plano Nacional de Educação, aprovado e estabelecido pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, também determina condições e orientações para a realização da educação inclusiva no Brasil. Em seu Art. 2º, I, II e III, estipula-se as diretrizes do programa, condicionadas à supressão do analfabetismo, tornar universal o acolhimento escolar e superação das diferenças educacionais, com destaque na promoção dos direitos cidadãos e eliminação de qualquer modo de discriminação. Dessa maneira, observa-se que o PNE também contempla a figura do educando com deficiência, como uma pessoa que precisa de atenção especial, além disso, promove o acesso à educação de forma igualitária para todos eles.

Em anexo à Lei 13.005/14 predispõe-se metas e estratégias a serem alcançadas e desenvolvidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024 para a efetivação e aperfeiçoamento da educação no Brasil. Retomando a temática da educação especial, a meta de número um, em que se estabelece a universalização da educação infantil para crianças de 0 a 5 anos, tem como estratégia de número 1.11 “priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Do mesmo modo, em referência a meta de número três, do PNE 2014-2024, que discorre sobre a universalização do ensino para pessoas de quinze a dezessete anos, a estratégia de numeração 3.13 assegura a educação inclusiva ao “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. O que pode ser entendido como o uso mecanismos educacionais que orientem e conscientizem os educandos a respeito do valor das pessoas com deficiência.

Adiante, nota-se que a meta de número quatro descrita no PNE 2014-2024 especifica algumas condições e orientações a serem seguidas quanto a educação das pessoas portadoras de deficiência, transtornos psicológicos e superdotação, ficando assegurado a elas, o acesso à educação básica e atendimento educacional especializado nas escolas de ensino regular. Para o alcance desse propósito, estipula-se na estratégia 4.6:

Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação.

Observou-se as estratégias estabelecidas pelo PNE 2014-2024 endossam a participação plena do educando deficiente aos parâmetros educacionais, isso também pode ser ratificado através das estratégias 4.7 e 4.8 que respectivamente, garantem a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa aos alunos com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, e sustentam a oferta de educação inclusiva na rede de ensino regular.

Nessa direção, pode-se notar nos documentos oficiais que designam normas para a educação inclusiva, almejam principalmente uma oferta de ensino que direcione a pessoa com deficiência para o convívio social, tornando eles aptos a exercerem sua cidadania e reconhecer seus direitos e valores.

Ainda, perante a questão da educação inclusiva, verifica-se que outra conjuntura de normas a serem alcançadas nessa área está prescrita no Plano Municipal de Educação inerente ao Município de Itaituba, que por sua vez, está regido e autorizado pela Lei Municipal nº 2.853 de 24 de junho de 2015. Destaca-se várias são as metas as quais abordam os aspectos de inclusão educacional encontradas nesse documento, contudo, busca-se a demonstração excepcionalmente daquelas com teor mais especificado relativo à educação inclusiva.

Desse modo, descreve-se na Meta de número um do PME 2015-2019, em que se aborda sobre “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos” através da capacitação de professores para a educação especial, assim como a garantia de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, transtornos globais e superdotação.

Por conseguinte, verifica-se que a meta 3 (três) do PME 2015-2019, abrange a ampliação do atendimento escolar para todas as pessoas de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos. Para tanto, sugere-se na estratégia 3.12 “o apoio ao Estado na implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. O que torna mais possível a continuação das pessoas deficientes nas escolas de ensino regular.

Observa-se também a meta de número 4 (quatro) disponível no Plano Municipal de Ensino 2015-2019, almeja a oferta de educação regular a todas as pessoas que portadoras de deficiências, transtornos globais ou altas habilidades. Ao verificar-se as estratégias estipuladas para esse propósito, indica-se no método 4.4 a garantia do atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, turmas e escolas. Adiante, corrobora-se na estratégia 4.6 a permanência dos educandos excepcionais na escola por meio de adequação do ambiente físico das instituições de ensino, oferta de transportes adaptados aos alunos deficientes e oferta de material de apoio pedagógico a esse grupo de pessoas.

Somando-se aos métodos citados, expressa-se no PME 2015-2019, outras estratégias a serem realizadas, especificamente nas de número 4.7, 4.8 e 4.20 respectivamente. Observa-se na primeira, a oferta de educação bilíngue, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e língua portuguesa, a todos os estudantes com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, bem como o braille para cegos e Surdos-cegos. Nessa segunda estratégia, configura-se a garantia da educação inclusiva em todas as escolas de ensino regular, assim como a assistência educacional especializada. No último método citado, assegura-se a oferta de transporte escolar adaptados aos educandos com necessidades especiais e que não possuem transporte acessível para frequentar à escola.

Diante desses segmentos, é possível observar que o Plano Municipal de Educação de Itaituba, estado do Pará (PME 2015-2019), em termos de educação inclusiva, busca a promoção de condições favoráveis para a ampliação e permanência nas escolas regulares dos alunos com deficiência, transtornos globais e superdotação, a fim de possibilitá-los um ensino eficaz, através da inclusão e da interação com todas as pessoas que constituem o contexto escolar.

2 INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

2.1 ACESSIBILIDADE ESCOLAR: UM DIREITO DE TODOS

Em meio à contemporaneidade, observa-se o desenvolvimento contínuo e revolucionário da raça humana nos mais variados aspectos, evidenciado através dos processos que permeiam a sociedade em geral. Como resultado, as pessoas promoveram desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas práticas diárias, abarcando modificações sociais, econômicas e culturais, tendo em vista a melhor convivência possível que poderiam estabelecer para suas vidas. Não diferente desse marcador, a trajetória da escola em promover uma educação universal e igualitária a todos também perpassa por constantes mudanças.

Um indicativo demonstra a necessidade de mudanças contínuas no ambiente escolar consiste na luta de pessoas com deficiência pela oferta de uma educação de qualidade, que responda aos seus interesses pessoais e que os auxilie para a o aprendizado constante. Inerente a esse processo, legislações federais enfatizam a oferta da educação para pessoas com deficiência, a saber pela Constituição Federal de 1988 que aponta a obrigatoriedade do estado em ofertar a educação para pessoas com algum tipo de deficiência, de preferência na rede regular de ensino.

Araújo e Costa Filho (2015, p. 06) reafirmam essas leis constituem os direitos das pessoas com deficiência e reforçam a necessidade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizados, de forma a promover o desenvolvimento desses educandos, levando-os a despertar seus talentos, aprimorar suas habilidades físicas e intelectuais, e prepará-los para a convivência social conforme suas características, interesses e necessidade de aprendizado.

Nessa mesma perspectiva defende-se que “a educação especial é uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida na rede regular de ensino” (ARAÚJO; COSTA FILHO, 2015, p. 07). Das palavras desses mesmos autores, é possível entender que as legislações vigentes devem formular e manter as condições para que as pessoas com deficiência, principalmente as crianças com impedimentos cognitivos, físicos e sensoriais, tenham direitos iguais àquelas não deficientes, e que por isso possam ter acesso e liberdade para frequentar escolas públicas e privadas regulares e assim estabelecer o direito universal à educação e a cidadania.

Ao colaborar com essa discussão, Guerrero (2012, p.30) adverte que “o direito à educação pressupõe a participação plena do aluno com algum tipo de deficiência no ambiente escolar, ou seja, em todas as atividades pedagógicas, esportivas ou de lazer”. Nesse sentido, entende-se que a educação ofertada às pessoas com deficiência deve contemplar todas as áreas sociais que permeiam a vida do sujeito deficiente, proporcionando-lhe participação efetiva em tarefas envolvendo a sala de aula e aprendizado, assim como a sua presença em momentos de lazer com os seus pares, o que pode gerar e estabelecer relações mais seguras entre essas pessoas.

Um outro ponto a ser levantado a respeito disso, direciona-se ao fato do aluno deficiente ter acesso ao ambiente escolar sem que esse educando possa ser limitado por barreiras que impeçam seu acesso e participação no processo educacional, o que pode gerar sua restrição de conhecimento, aprendizado e de cumprimento de sua cidadania. Tratando-se disso, Guerrero (2012, p.31) esclarece que “sendo a escola um ambiente público, fora do domicílio do aluno, este precisa deslocar-se até esse outro espaço, esse outro ambiente”. Somado a isso, o autor ainda aponta que além do trajeto casa/escola, existe também os deslocamentos internos, seja no ambiente escolar ou em qualquer outro espaço, o que representa a necessidade de realizações de atividades diversas no cotidiano.

Nessa perspectiva, nota-se que a acessibilidade é um fator fundamental e imprescindível para concretizar o acesso à educação, todavia urge a necessidade deste ambiente estar adaptado e preparado para a recepção desse alunado, o que remete à obrigatoriedade postulada nas legislações, de ser ofertado o processo educacional especializado para pessoas deficientes na forma regular de ensino, carecendo as escolas adequarem-se a essa circunstância.

Ainda Guerrero (2012, p.34) alerta que “nossa Constituição não prevê um simples ‘abrir de portas e adapte-se quem puder’, mas impõe o dever de promover e de realizar ações que garantam a não exclusão”. Dessa maneira, observa-se que não é suficiente que se tenha apenas conhecimento das postulações legislativas que normatizam os direitos de acessibilidade, mais adiante disso, é preciso que se ponha em prática no ambiente escolar assim como em qualquer outro espaço, o acolhimento social dessas pessoas, integrando-os aos processos cotidianos, fazendo-os sujeitos capazes de se interagir e construir relações com os demais.

Araújo e Costa Filho (2015, p.10) enfatizam a ideia de que a “acessibilidade além de um direito constitucional, surge como uma necessidade para que as pessoas

deficientes possam usufruir de seus direitos sociais”. A julgar por isso, é possível compreender que por meios dos processos de acessibilidade as pessoas deficientes podem suprimir barreiras que limitam seu progresso social, e dessa maneira, elas podem encurtar as distâncias que as separavam de realizar atividades extremamente necessárias nos dias de hoje, entre essas atividades a de ter acesso possível a uma educação de qualidade. Ao destacar a importância da acessibilidade acredita-se;

A acessibilidade é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino, pois quando ela não é disponibilizada, não se pode garantir a educação para todos. Nesta mesma linha de raciocínio, destaca-se que a acessibilidade facilita a inclusão social, pois o meio pode causar ou agravar as condições de desvantagens vivenciadas pelas pessoas com deficiência. (GUERRERO, 2012, p. 35).

Depreende-se do exposto que a acessibilidade escolar promove a inclusão de pessoas com deficiência no processo educativo, o que facilita a oferta de um ensino universal e igualitário a todos os educandos. Além disso, Sousa e Tavares (2010, p.23) acreditam que a acessibilidade também constitui um fator de grande importância para o exercício da cidadania, ainda mais quando direcionada para crianças que estão em fase inicial de aprendizado pedagógico, fato que as proporciona melhor interação e inclusão no meio escolar. Os mesmos autores, reafirmam a necessidade de adaptações no espaço escolar para a melhoria de acesso e a efetivação dos direitos dos educandos com alguma deficiência na participação nas aulas diversas.

Em consonância com Dischinger, Ely e Borges (2009, p.15) acredita-se que os ambientes escolares inclusivos devem possibilitar não só o acesso físico, como permitir a participação nas diversas atividades escolares para todos, envolvendo “alunos, professores, familiares e também funcionários da escola”. Desse modo, observa-se que todas as pessoas que estão entorno de pessoas com deficiência, principalmente em contexto escolar, devem tornar possível a participação deles em tarefas interativas, o que facilita a integração e inclusão no processo educacional desses indivíduos.

Conforme essa ideia, “as características dos espaços escolares e do mobiliário podem aumentar as dificuldades para a realização de atividades, o que leva a situações de exclusão” (DISCHINGER; ELY; BORGES, 2009, p.15). Nesse direcionamento, é possível entender que as características dos ambientes escolares podem estabelecer uma situação de acesso pleno ou limitado de deficientes ao

processo de ensino/aprendizagem, tendo em vista que só é possível constituir uma educação igualitária a todos por meio da promoção de acessibilidade, caso contrário, as barreiras que limitam o acesso à escola podem agravar ainda mais o processo de exclusão desses sujeitos.

Segundo Carvalho, Durand e Melo (2016, p. 62), “a discussão sobre acessibilidade na escola ganha importância pelo desafio do acesso, da permanência e da participação de todas as pessoas, sem que haja nenhuma exclusão”. A frente disso, nota-se que a prática da acessibilidade vai além da garantia do acesso à educação, concentra-se também na possibilidade de fazer com que os educandos permaneçam a estudar no ambiente escolar, e que como sujeitos sociais, possam participar plenamente de todas as atividades e tarefas realizadas em sala de aula envolvendo áreas pedagógicas e de lazer.

Para efeito de sustentar esse pensamento, defende-se que a necessidade de conceber a acessibilidade como um direito de todos, e também como uma condição imprescindível para a realização de uma educação de qualidade que possibilite a inclusão e viabilize a participação do aluno com deficiência em sala de aula e no contexto escolar nas mais diversas atividades, dessa maneira, aponta-se que “precisamos reconhecer o direito à acessibilidade na escola enquanto necessidade de ampliação de serviços de qualidade, capazes de atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência” (CARVALHO; DURAND; MELO, 2016, p. 63).

Ao enfatizar a acessibilidade, Ribeiro (2011, p.85) esclarece que esse processo “pode se referir a conectividade, meios econômicos, infraestrutura, meios cognitivos e educação, disponibilidade de informação, usabilidade etc.” e complementa que “com o advento da sociedade da informação, ela deixa de ser focada no espaço físico e passa a incorporar o ciberespaço”. A partir desse princípio, compreende-se que a acessibilidade ultrapassou os limites de concepção física, e atingiu diversas áreas e aspectos das atividades humanas, adequando-se a cada necessidade que urge entre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Inerente a esse indicador, uma dimensão da acessibilidade corresponde a acessibilidade arquitetônica, tal segmento na visão de Nonato (2011, p.45) possibilita aos deficientes “condições reais de movimentação corporal e deslocamento espacial e tem como objetivo permitir autonomia e mobilidade a um número cada vez maior de pessoas”, em que se cria uma realidade social mais receptiva às pessoas com deficiência. Por outro lado, Ribeiro (2011, p.85) denota a acessibilidade atitudinal, a

qual conceitua como um “contexto social livre de estigmas, preconceitos e discriminações, em que valores, crenças e sentimentos envolvem ações objetivas e condutas observáveis”.

Sassaki (2009, p.20) esclarece a acessibilidade comunicacional, a qual se caracteriza pela ausência de barreiras na comunicação entre as pessoas, assim como a acessibilidade metodológica, que conforme o autor, é aquela que não possui entraves nos métodos e técnicas de lazer, no trabalho e na educação. A respeito da acessibilidade instrumental, o autor aponta aquela sem obstáculos em instrumentos, ferramentas e utensílio, facilitando o manejo desses equipamentos por pessoas que possuem deficiência. Além dessa, há também a acessibilidade programática que se constitui como aquela sem “barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc., o que facilita a participação do deficiente nos processos sociais e de cidadania” (RIBEIRO, 2011, p. 86).

Diante disso, é possível observar que o processo de acessibilidade se expandiu além dos limites de concepção espacial, e que abrange toda atividade possível que as pessoas podem realizar, a fim de que torne possível a integração das pessoas com deficiências nos mais variados contextos de convivência e que a inclusão se constitua como uma ação frequente nas relações sociais.

2.2 PAPEL DO PROFESSOR NA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

No cenário atual, a acessibilidade tornou-se um ponto fundamental para a constituição dos direitos das pessoas com deficiência, perante isso, é possível observar que ao longo dos tempos muitos fatores se alteraram para a inclusão dos deficientes nos mais diversos processos sociais, e dessa maneira, essas pessoas puderam inicialmente, mesmo de forma branda, sentir-se sujeitos capazes de conviver e construir história dentro da sociedade, participando e protagonizando relações em seus mais variados aspectos como qualquer cidadão.

Retomando a questão do acesso, Mazzarino e Rissi (2011, p. 92) relembram que as Leis Federais 10.048/2000 e o Decreto Federal 5.296/2004 garantem a acessibilidade para todas as pessoas, e também que essas leis tratam do direito de ir e vir com livre arbítrio mediante a “supressão de obstáculos físicos das edificações, dos espaços públicos, dos meios de transporte, das sinalizações e das comunicações para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida”. Conforme os autores

supracitados, essas legislações aludem que qualquer obstáculo que atrapalhe ou delimita o acesso, a mobilidade e a circulação segura deve ser eliminado, a fim de que se estabeleça o direito livre de movimentação.

Não diferentemente, nota-se que as escolas também são espaços com obrigatoriedade nas adaptações físicas para a recepção de alunos que possuem deficiência, logo, a acessibilidade nesse ambiente se torna um fator indispensável, tendo em vista o cumprimento da oferta de educação igualitária a todos. Duran e Prado (2006, p.92) ratificam que conforme as leis, as escolas também precisam estar preparadas para que possam receber todos os tipos de alunos, e advertem que “o Decreto Federal 5.296, de 2 de dezembro de 2004 define prazos para a garantia de acessibilidade, sob pena de não autorização para o funcionamento”.

Diante disso, observa-se nas escolas, assim como todos seus integrantes entre professores e demais profissionais, devem estar sempre preparados para o acolhimento de alunos com deficiência. Sobre isso, muitas vezes o ato de incluir o aluno com deficiência leva em conta o acesso e a disponibilidade de espaços físicos adequados para receber as pessoas com necessidades educacionais especiais e assim, acessibilidade se torna um aspecto de inclusão. (DURAN; PRADO, 2006, p. 93).

Silva e Arruda (2014, p.20) defendem que talvez ainda “seja preciso pensar na acessibilidade em relação ao espaço educativo, espaço tanto na cidade como na escola, espaço adequado para diferentes necessidades e diferentes idades, espaço organizado e adaptado”. Nesse sentido, torna-se indispensável que o ambiente escolar busque uma adequação e organização para a recepção de alunos deficientes, haja vista que isso é fundamental para que eles se sintam bem e possam permanecer no ambiente escolar por toda sua vida estudantil.

Seguindo essa ideia, acredita-se que as “condições de acesso se aplicam a todos os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, modalidades ou etapas, públicos ou privados” (SILVA; ARUDA, 2014, p. 21). A acessibilidade deve ser garantida a todos os ambientes da escola, “salas de aula, laboratórios de informática, salas de aulas práticas, bibliotecas, sala dos professores, secretarias, coordenação, áreas esportivas, refeitórios, sanitários, o pátio, etc.” (DURAN; PRADO, 2006, p. 94). Desse modo, os alunos podem se incorporar de maneira mais rápida ao ambiente e o trabalho docente tende a ser melhor realizado.

Um contraponto apresentado por Mazzarino e Rissi (2011, p. 92) é que “a acessibilidade para alunos com deficiências nas escolas é sempre um ponto frágil”. Depreende-se desses autores que, nos dias de hoje, muitos estudos demonstram que as escolas começam a se ater à questão da inclusão de alunos com deficiências quando estes já começam a estudar no âmbito escolar. Por efeito disso, os processos de integração desses alunos tendem a se estruturar tardiamente, resultando na dificuldade de alunos e professores a se adaptarem às práticas de inclusão e de acessibilidade. Desse modo, “tal postura denuncia o despreparo e a falta de organização prévia no sentido pedagógico e estrutural” (GUERRERO, 2012, p. 40)

Outro apontamento apresentado por Ribeiro (2011, p. 82) adverte que, “a maioria dos gestores e demais profissionais da escola desconhecem a legislação sobre acessibilidade” e acrescenta que “esse fato traz sérias implicações para a construção de uma educação/escola inclusiva”. Mediante esse pensamento, é possível compreender que no ambiente escolar é de extrema importância para a solidificação do processo ensino/aprendizagem de alunos deficientes ou não, que todos os profissionais, entre gestores, docentes e demais trabalhadores, tenham conhecimento sobre práticas de acessibilidade e inclusão.

As práticas de inclusão a serem realizadas no ambiente escolar devem partir de todos os profissionais que fazem parte do ambiente escolar, principalmente em sala de aula, onde o aluno é posto diante de desafios diários em que se busca o melhor aprendizado possível. Conforme Paula e Baleotti (2011, p. 57), “para que seja possível a participação de alunos com deficiência física nas atividades propostas em sala de aula, é preciso considerar as demandas das atividades frente às habilidades funcionais desses alunos”. Nas palavras das autoras, é preciso adequação de atividades e de recursos pedagógicos que atendam as limitações viabilizem a integração em sala de aula.

A Educação Infantil proposta nos espaços da creche e pré-escola, deve possibilitar que a criança com deficiência experimente aquilo que outros alunos da mesma idade vivenciam: brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se mesmo do seu jeito diferente; necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade. (SOUSA; TAVARES, 2010, p. 23).

Seguindo essa perspectiva, entende-se que uma das formas de melhor incentivar e praticar a inclusão da criança deficiente em sala de aula é através da interação com seus colegas, para isso, nota-se que o educador deve adequar seus recursos e estratégias de ensino, para que esta criança possa vivenciar tudo aquilo que seus colegas vivenciam e construir seus aprendizados de maneira igualitária aos seus pares. Nessa circunstância, entende-se que o professor surge como principal agente promotor da acessibilidade e inclusão dos alunos deficientes, pois ele é o responsável em “mediar as interações em sala de aula e promover o aprendizado de igual forma a todos os seus alunos” (GUERRERO, 2012, p. 44).

Sousa e Tavares (2010, p. 29) afirmam que, “o papel do professor também é fundamental. Ele deve ser capaz de identificar as necessidades da sala de aula e as peculiaridades de cada um do grupo”, haja vista que diversos comportamentos, costumes e aprendizados a criança já traz consigo ainda do ambiente familiar e que se defrontam no contexto da sala de aula. Além disso, defende-se também que este é o momento de maior dificuldade para os educadores que trabalham com a inclusão, pois é um cuidado que se deve ter ao valorizar as diferenças como singularidade.

Com base nisso, observa-se que o professor tem importância indiscutível quanto à promoção da acessibilidade no contexto escolar, desde o aperfeiçoamento de seus recursos didáticos a práticas de atividades inclusivas, ele se constitui como o principal promotor da integração do aluno deficiente ao ambiente escolar. Ratificando essa ideia, Paula e Baleotti (2011, p.57) apontam que “o professor precisa estar atento ao propiciar uma atividade que não seja compatível com as demandas motoras do aluno com deficiência física”. Ou seja, as autoras enfatizam a adaptação de materiais necessários para a realização de atividades de classes, pois alguns alunos com deficiência física não possuem facilidade para manipular alguns equipamentos didáticos.

Seguindo esse mesmo pensamento, Carvalho, Durand e Melo (2016, p. 65) recomendam aos professores alguns cuidados que eles consideram básicos: “contemplar, no planejamento das aulas, as diferenças que existem em sala de aula; disponibilizar com antecedência o material para os alunos surdos; permitir a gravação das aulas e a digitalização prévia dos textos para alunos com baixa visão ou cegos;” além desses, acrescentam que deve-se “evitar debates em círculo na existência de alunos surdos; falar diretamente com o estudante e não usar outras pessoas como

intermediários”. Dessa forma o aprendizado tende a ser mais proveitoso para os educandos que possuem alguma deficiência.

É de extrema importância um planejamento flexível que se adapte de acordo com a necessidade e capacidade de cada um, o professor situa-se como mediador e facilitador na organização dos alunos, de forma que possibilite uma melhor interação, mesmo em níveis tão diferentes, incluindo a todos, seja na educação física, capoeira, teatro ou qualquer outra proposta pedagógica. (SILVA; ARRUDA, 2014, p. 26).

Mediante a esse exposto, torna-se possível considerar que o planejamento prévio do professor pode ser um grande aliado para uma prática considerável de ensino, a julgar pelo preparo antecipado das atividades que deverão envolver os alunos na sua totalidade, envolvendo educandos deficientes ou não. Desse modo, a atuação de forma livre e criativa do professor, poderá propiciar a cada um de seus alunos aulas diversificadas, dando a “oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem dessa criança” (RIBEIRO, 2011, p. 85).

Ao corroborar essas ideias, Silva e Arruda (2014, p.27) reafirmam que o professor como mediador deverá promover um ensino de forma igualitária e sem distinções, “já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadão para a sociedade”. Ao especificar essa questão, as aulas de educação física surgem como um ambiente desafiador para a prática da acessibilidade e inclusão.

A respeito disso, Aime, Sena e Awad (2014, p. 21) argumentam que nas aulas de Educação Física, a realidade se apresenta ainda mais visível, isso decorre em sua maioria por “espaços físicos escassos, impróprios e sem acessibilidade; materiais insuficientes ou inadequados; professores despreparados, desmotivados e sem o compromisso necessário para o exercício profissional”. Conforme os autores, essas circunstâncias ocorrem pela dificuldade no acesso do aluno deficiente às aulas de educação física.

Entretanto, Nascimento *et al* (2007, p. 55) ao falar da modalidade educação física adaptada, que surgiu em meado de 1950, afirma que nessa conseguiu-se enxergar a “potencialidade, valorizar a diferença, superar a visão de corpo imperfeito,

mutilado, ineficaz, adaptando os esportes e as atividades físicas para que os PNEs pudessem praticá-los”. Ao conceituar essa modalidade de ensino, Costa e Sousa (2004, p.40) afirma que a Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como padrão o objeto de estudo a formação corporal humana para as pessoas com necessidades especiais, “adequando metodologias de ensino para o auxílio das características de cada aluno com deficiência, respeitando assim suas diferenças individuais”.

Diante desses questionamentos, entende-se que a Educação Física Adaptada surgiu como uma ferramenta essencial para possibilitar a presença de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Para Aime, Sena e Awad (2014, p. 22), o professor dessa modalidade deve ser paciente, observador e criativo afim de obter o melhor aproveitamento possível em suas aulas. Além disso, Nascimento *et al* (2007, p. 56) acredita que essa dimensão adaptada da educação física é primordial para o desenvolvimento do indivíduo, “trabalhando seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e isso nos leva considerar que a educação física se mostra com um papel fundamental para o auxílio da inclusão como um todo”. Isso não somente nas aulas, mas também dentro da sociedade.

2.3 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR E A ACESSIBILIDADE

No contexto atual brasileiro, as práticas de inclusão assim como a acessibilidade se tornaram fatores obrigatórios por meio de leis que determinam a direção para a realização desses dois aspectos. Nota-se nisso, o anseio dessas legislações promover a capacidade das pessoas com deficiência de circular com autonomia e segurança em qualquer espaço social, inclusive nas escolas. Em vista desse fator, observa-se a promoção da educação igualitária só pode ser concretizada quando nesse ambiente se pratiquem ações de inclusão e se facilite o acesso diverso, possibilitando o modo de ensinar e aprender de maneira interativa e participativa, dessa maneira os desafios diários da promoção da inclusão e acessibilidade tendem a serem menos complexos.

Na trilha dessa discussão, Sousa e Tavares (2010, p. 23) informam o cenário atual desse país se direciona para a estruturação e construção de uma sociedade onde se possa praticar com mais consistência a inclusão de pessoas com deficiência. Para os autores, os sinais que representam a solidificação desse processo podem ser

observados já nas escolas, em meio midiático, no seio familiar e em muitos programas e serviços. Nesse sentido, verifica-se os processos de inclusão e acessibilidade já demonstram mais consistência nos dias de hoje, ainda mais quando se trata da educação dessas pessoas, em que se precisa impreterivelmente desses dois fatores para que possa se promover um ensino de qualidade e facilitar o acesso delas a um aprendizado que se assemelha com o de seus pares.

Todavia, a promoção da inclusão e da acessibilidade no contexto escolar não se constitui como uma tarefa simples de ser realizada, sobre esse aspecto, Silva e Arruda (2014, p.15) apontam que “a educação de pessoas com deficiência física precisa ser repensada a partir dessa contextualização como uma questão histórica, buscando superar uma leitura abstrata da mesma”. Desse modo, depreende-se que para melhor estruturar o processo educacional dessas pessoas, torna-se preciso enfatizar todo o percurso histórico enfrentado por elas no decorrer do tempo, e assim traçar medidas mais adequadas para possibilitar a elas um ensino mais elaborado, adjunto de um aprendizado mais viável em que se leve em conta todos as características e singularidade de cada deficiência, oportunizando a integração e a concretude da inclusão.

Nesse processo de ensino/aprendizagem, Sousa e Tavares (2010, p. 24) aludem que é necessário levar em consideração toda a conjuntura de características físicas ao se praticar a interação com os sujeitos que possuem deficiência física, que “saibamos favorecer o seu desenvolvimento humano, caso contrário estaremos contribuindo para o desenvolvimento da deficiência”. Sob essa visão, entende-se que educadores e demais participantes do processo educacional de pessoas com deficiência precisam estarem atentos às peculiaridades de cada indivíduo, pois assim torna-se mais fácil entendê-los e buscar formas adequadas para orientá-los ao conhecimento.

Ao refutar essa questão, acredita-se que as escolas brasileiras já deveriam estar aptas e capacitadas para o fator inclusão, contudo, observa-se em passos lentos a promoção do processo inclusivo dentro do ambiente escolar, haja vista que a promoção da acessibilidade ainda não abrange em totalidade os âmbitos educacionais. Nesse sentido, “as escolas deveriam estar adequadas às necessidades de todos as crianças, porém, estas crianças que necessitam dessas adaptações representam uma minoria dentro das escolas” (SILVA; ARRUDA, 2014, p.17).

Para Paula e Baleotti (2011, p. 50) na busca de uma sociedade mais interativa nos deparamos com a acessibilidade um fator “integrante do processo inclusivo constituindo um desafio a ser superado, pois são muitas dificuldades e barreiras encontradas no acesso e nas práticas pedagógica dos professores”. Dessa maneira, observa-se que os entraves que impossibilitam a promoção da inclusão e acessibilidade nas escolas não só dificultam o desenvolvimento dos alunos que carecem desses apoios, mas também dos professores que precisam de meios adequados para realizar um trabalho com eficácia dirigido a esses educandos.

Entende-se que os obstáculos na promoção da inclusão e acessibilidade ainda são uma realidade, o que gera dificuldade de acesso e participação dos alunos com deficiência nas salas de aula, tornando o fator inclusivo menos frequente no ambiente escolar. Além disso, nota-se que a condição de acessibilidade quando não ofertada aumenta gradativamente a chance de um aluno deficiente não permanecer em espaço escolar, isso quando este aluno conseguir a mobilidade para ao menos chegar à escola, haja vista que estruturação física acessível a eles representa um aspecto vital para eles estudarem.

Em conformidade com Sousa e Tavares (2010, p. 25) é possível notar que os professores principalmente e outros profissionais ligados na área da educação lidam diariamente com o desafio da inclusão, o que na visão dos autores não poderia se denominado assim, pois essa etapa de promover a adaptação do espaço escolar para a recepção de deficientes físicos já deveria ter sido superada. Ainda na visão dos autores, as escolas da atualidade já poderiam estar estruturadas adequadamente para o acolhimento de crianças que necessitam dessas adaptações para sua livre locomoção e acesso aos mais variados ambientes e locais disponíveis na escola.

Por outro lado, ao enfatizar o trabalho do educador que trabalha com crianças deficientes, Mazzarino e Rissi (2011, p.96) afirmam que, “o professor é visto como mediador, facilitador entre o que a criança já sabe e o que possa vir a saber”. Mediante isso, acredita-se que para que essa mediação aconteça é de extrema importância que o professor conheça o nível de desenvolvimento real do seu educando, haja vista que só assim será possível traçar metas para alcançar outros níveis de aprendizado. Desse modo, o educador pode planejar e realizar atividades que induza a pratica de inclusão por meio da observância da singularidade de cada aluno.

Assim é possível notar uma sociedade mais compromissada com a causa das pessoas com deficiência, estendendo as práticas e ações inclusivas para diferentes

ambientes como trabalho, o lazer, e consequentemente o espaço escolar. Consoante aos autores, graças a iniciativa de muitos professores os desafios da inclusão escolar parecem encontrar algumas soluções e muitos alunos deficientes, mesmo em passos vagarosos, estão cada vez mais próximos da inclusão no ensino regular e de ter acesso livre a uma educação igualitária.

Porém, diante dessa situação, destaca-se que o professor necessita do “auxílio da própria instituição que deve oferecer para todos os alunos locais adaptados, com rampas de acesso, acessibilidade nas salas de aulas e nos demais espaços” (AIME; SENA; AWAD, 2014, p. 21). Dessa maneira, ao receber o apoio institucional através da adaptação de dos espaços físicos da escola, os professores tendem a ganhar um incentivo e apoio maior para promover suas aulas com base em atividades interativas que incorporem alunos com deficiência ou não de forma inclusiva.

No que tange ao trabalho docente, Paula e Baleotti (2011, p.57) defendem que o uso de “recursos pedagógicos adaptados se torna indispensável em alguns momentos para a avaliação do desempenho e para o processo de alfabetização do aluno com deficiência física”. Diante disso, percebe-se que a acessibilidade parte também da adequação dos materiais didáticos utilizados pelos professores em suas aulas, em que se pratica a adaptação das ferramentas pedagógicas a fim de garantir o manuseio desses materiais por alunos deficientes físicos. Desse modo, o educador torna a acessibilidade um fator de desenvolvimento, o que na totalidade, é indispensável à vida das pessoas com mobilidade limitada. Assim sendo;

Não basta construir rampas ou outros elementos da acessibilidade para uma efetiva inclusão escolar, pois esta requer um conjunto de condições de ordem pedagógica, de capacitação e de gestão. Não basta a adequação desse espaço para que a inclusão escolar ocorra, é preciso que haja, igualmente, as adequações dos recursos pedagógicos e a capacitação do corpo docente e gestor. Considerando que a acessibilidade não se refere apenas à estrutura física de uma instituição de ensino, pois envolve também a comunicação, o transporte, os recursos didáticos e tecnológicos, há muito que avançar. (GUERRERO, 2012, p. 37).

Depreende-se do enunciado a importância de promover-se a acessibilidade a partir da preparação dos profissionais a respeito desse tema, entre gestores, professores e demais funcionários, nota-se a necessidade da capacitação desses trabalhadores para viabilizar as atividades inclusivas e práticas de acessibilidade em contexto escolar. Além disso, enfatiza-se também a adequação dos recursos e ferramentas utilizados pelos educadores para a realização de atividade em classe, e

somado à necessidade de tornar-se acessível os transportes, tecnologias e recursos que permeiam o sistema educacional.

Sousa e Tavares (2010, p. 23) defendem que ainda existem muitas adequações a ser realizadas a fim de favorecer as crianças com deficiência física, com relação à acessibilidade, a realidade é que “muitas escolas brasileiras infelizmente apresentam obstáculos a inclusão, são muitas barreiras encontradas dificultando o acesso e permanência destas crianças no espaço escolar”. Desse modo, é possível entender que sem uma condição de acessibilidade, alunos com deficiência física se distanciam do contexto escolar, e por consequência disso as práticas de inclusão se tornam cada vez mais esporádica, tornando a educação caracterizada por desigualdades.

Outro ponto importante nessa discussão corresponde a união entre família e escola para a prática da inclusão, nas palavras de Guerrero (2012, p. 40) denota-se que embora que a inclusão seja um ato garantido por lei, não se realiza por si só, logo, para se tornar uma prática real, a inclusão depende da disponibilidade interna dos que estão envolvidos, “inclusive da família que é de extrema importância para a formação e educação das crianças, juntamente com a escola, onde é desenvolvida a educação e formação sistematizada das mesmas”. Contudo, destaca-se ainda que é em ambiente familiar que a criança tem seu primeiro contato com a sociedade, o que indica a participação fundamental dos familiares no processo inclusivo e de acessibilidade.

Nesse tocante, ao colaborar com os questionamentos entorno do acesso dos deficientes físicos às escolas, Dischinger, Ely e Borges (2009, p.15) advertem que é “urgente cumprir as normas e a legislação de acessibilidade, e melhorar as condições de acesso e uso das escolas brasileiras, seja por meio de reformas das edificações existentes, seja da construção de novas escolas acessíveis”. Os autores explicam que essa urgência se justifica pelo fato de que muitas escolas nacionais foram construídas antes das novas normas de acessibilidade serem postuladas, estruturas, até então, que não consideraram a necessidade dos deficientes físicos.

Nos dias de hoje já existe uma grande preocupação em desenvolver e aprimorar trabalhos significativos em prol das crianças com deficiência física, tendo em vista a necessidade de promover adaptações necessárias para que não haja impedimento a elas de participarem do processo de aprendizagem. Além disso, os autores enfatizam que “nossas escolas com certeza ainda precisam de modificações,

de uma estrutura melhor, de profissionais capacitados e de um maior comprometimento dos governantes” (AIME; SENA; AWAD, 2014, p.23).

Diante de tudo isso, é possível evidenciar que a tarefa de se promover inclusão e acessibilidade no contexto escolar ainda perpassa por muitos desafios, entre os quais muitos já contemplam resultados positivos e outros ainda apresentam pouco avanço. Um apontamento de Silva e Arruda (2014, p.16) inerente a isso é que “o poder público deve investir mais na adaptação da estrutura escolar, contudo, é necessário que preconceitos sejam derrubados, primeiramente pelas escolas e até mesmos pelos pais”. Isso pelo fato de que família e escola constituem os principais agentes para promoção e efetivação da inclusão e da acessibilidade.

3 ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ANÁLISE NA EMEIF JUVÊNCIO CORRÊA, DISTRITO DE BARREIRAS, ITAITUBA-PA

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo fundamentou-se nas referências bibliográficas de teóricos, estudiosos e pesquisadores tais como: Araújo e Costa Filho (2015), Guerrero (2012), Pacheco e Alves (2007), Miranda (2003), Sassaki (2005), Silva e Arruda (2014) e que discutem sobre acessibilidade escolar do aluno com deficiência física.

A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de novembro de 2018, na Escola Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Juvêncio Correa, localizada no Distrito de Barreiras, Distrito de Barreiras, Itaituba-PA. Foram entrevistadas 11 pessoas com aplicação de questionários compostos de 07 questões, sendo 06 questões objetivas e 01 questão de múltipla escolha, destinadas aos representantes da comunidade escolar como: direção escolar, professores, secretário, auxiliar de secretaria escolar, pais e aos alunos, com objetivo de conhecer as concepções a respeito da acessibilidade escolar do aluno com deficiência física.

Quadro 1. Perfil dos entrevistados. Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Entrevistados	Nível de Escolaridade	Tempo de convívio na Escola
E ₁ - PROFESSOR	Ensino Superior Completo	06 anos
E ₂ - PROFESSOR	Ensino Superior Incompleto	06 anos
E ₃ - ALUNO	Ensino Médio Incompleto	15 anos
E ₄ - ALUNO	Ensino Fundamental Incompleto	10 anos
E ₅ - MÃE DE ALUNO	Ensino Superior Incompleto	04 anos
E ₆ - MÃE DE ALUNO	Ensino Superior Completo	07 anos
E ₇ - MEMBRO DO CE	Ensino Superior Completo	04 anos
E ₈ - MEMBRO DO CE	Ensino Superior Completo	01 ano
E ₉ - AUX. SECRETARIA	Ensino Médio Completo	02 anos
E ₁₀ - SECRETÁRIO	Ensino Superior Incompleto	05 anos
E ₁₁ - VICE-DIRETORA	Ensino Superior Completo	43 anos

No quadro 1 é possível verifica-se o perfil de cada entrevistado, seu nível de escolaridade e seu tempo de convívio com a comunidade escolar, vale ressaltar que a maioria dos entrevistados têm mais de 05 anos de convivência no âmbito

educacional, fazendo com que assim ambos conheçam as dificuldades e busquem metodologias para obter melhores resultados no ensino aprendido.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Juvêncio Correa, localiza-se no Distrito de Barreiras, na Rua Aparícia Rodrigues, Bairro São João, foi fundada em 12 de março de 1956, tendo 04 (quatro) salas de aulas, com um número de 80 (oitenta) alunos e 05 (cinco) funcionários.

Atualmente tem à frente da direção da Instituição de Ensino o professor Misael Damascena da Silva e como vice-diretora, a prof^a Francisca Damascena da Silva, os quais foram eleitos para administrá-la por dois anos consecutivos. Com 62 (sessenta e dois anos) continua promovendo a educação no Município de Itaituba-PA, a referida Instituição conta com o apoio do Conselho Escolar e da Comunidade Escolar Local, buscando melhorias para atender melhor a demanda de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental em dois turnos, matutino e vespertino e a noite com as turmas da EJA totalizando 512 alunos.

Oferece as seguintes estruturas físicas: 11(onze) salas de aulas no total; 01(uma) sala de professores com banheiro; 01(uma) biblioteca; 01(uma) sala de informática; Sala de multimeios; 01 (um) cozinha; 01(um) refeitório; 04(quatro) banheiros, sendo dois femininos e dois masculinos; Poço artesiano; Energia elétrica. Além da quadra poliesportiva Jair Vasconcelos Prata que fica localizada entre a 3º e 4º rua, Bairro São Francisco onde acontece as atividades físicas ou eventos da escola.

No quadro administrativo possuem em sua equipe os profissionais abaixo discriminados: Diretor, vice-diretora, técnico educacional, 1 secretário e 2 Auxiliares administrativo, núcleo técnico pedagógico de 30 docentes, 6 vigias, 3 merendeiras, 5 auxiliares de serviços gerais.

Na escola há Projeto Político-Pedagógico que tem como missão, “Garantir ensino de qualidade, educando pessoas que sejam críticos, participantes e adequados para desenvolver seu conhecimento em seu convívio social e contribuem com desenvolvimento dos aspectos, físicos, cognitivo, psicológico, social e afetivo, valorizando o desenvolvimento das múltiplas habilidades dos alunos, e valorizando o conhecimento para a autonomia e sua afetiva cidadania”. A escola tem como visão

buscar o desenvolvimento completo dos educandos para se viver a democracia em sua perfeição.

3.3 CONCEPÇÕES DA COMUNIDADE ESCOLAR

A possibilidade de entrevistar diferentes membros da comunidade escolar da EMEIF Profº Juvêncio Correa foi significativa para conhecer suas concepções acerca da temática da acessibilidade no cotidiano escolar. Nesse aspecto, foi conversado com os entrevistados (professores, alunos, pais, administrativo, membros do Conselho Escolar e vice-diretora) se conheciam a Norma Brasileira (NBR 9050) que disciplina sobre a acessibilidade, indagando-os na questão 1: **O que você entende por “acessibilidade escolar”?** O quadro 2 traz o relato da comunidade escolar entrevistada.

Quadro 2. Concepções sobre Acessibilidade Escolar. Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Entrevistados	Relatos
E ₁ - PROFESSOR	<i>“Sim. Entende-se que quando as escolas permitem a ida e vinda de pessoas com necessidades especiais, como rampa, piso, barras de apoio, etc.”</i>
E ₂ - PROFESSOR	<i>“Sim. No meu ponto de vista, são condições que garantem a uma pessoa com necessidades especiais seus direitos.”</i>
E ₃ - ALUNO	<i>“Não. Ainda não conheço, pois na minha escola não vejo essa tal acessibilidade.”</i>
E ₄ - ALUNO	<i>“Não. Acessibilidade é o direito dos deficientes físicos participarem da escola, os meios de transportes, etc.”</i>
E ₅ - MÃE DE ALUNO	<i>“Não. É quando à escola é acessível para pessoas que possuem algum tipo de deficiência, tendo as adequações necessárias.”</i>
E ₆ - MÃE DE ALUNO	<i>“Não. É uma preocupação ligada diretamente as condições às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.”</i>
E ₇ - MEMBRO DO CE	<i>“Sim. A escola pensa em projetos arquitetônicos como: rampas, barras de apoio, etc., além de transportes adequados e professores especializados.”</i>
E ₈ - MEMBRO DO CE	<i>“Não. Uma escola acessível é capaz de acolher crianças e adultos com algum tipo de deficiência, oferecendo educação significativa.”</i>
E ₉ - AUX. SECRETARIA	<i>“Sim. Entendo que o ambiente tenha que proporcionar maior independência a pessoa com deficiência através da estrutura física escolar.”</i>
E ₁₀ - SECRETÁRIO	<i>“Não. Entendo que o ambiente tem que ter fácil acesso, ou seja, para o uso individual e coletivo.”</i>
E ₁₁ - VICE-DIRETORA	<i>“Sim. São estruturas que possibilitam o acesso de pessoas especiais.”</i>

De acordo com o ponto de vista dos entrevistados, a acessibilidade para os educandos continua sendo um desafio nas escolas, pois não existem muitos projetos para construções de Instituições adequadas para a clientela com deficiência física, pois os mesmos precisam desses espaços para locomover-se no âmbito educacional

proporcionando uma autoestima e prazer nos ambientes, onde ambos se sintam independente.

Nessa perspectiva, a Tecnologia Assistiva é utilizada para ampliar ou possibilitar a execução de uma atividade necessária e pretendida por uma pessoa com deficiência. Na perspectiva da educação inclusiva, esta Tecnologia é voltada a favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais. São exemplos de TA na escola: os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros. (GALVÃO FILHO; MIRANDA, 2012, p. 251).

Para os autores, a acessibilidade escolar são os suportes que garantem aos deficientes físicos melhorias no cotidiano dessa clientela surgindo cada vez mais à demanda de procura de vagas nas escolas, os computadores, mobiliários adaptados, sinalizações, etc., recursos esses que garantem qualidade e acessibilidade aos mesmos no processo de ensino aprendizagem de cada educando.

Tais tecnologias facilitam o trabalho do corpo docente de cada unidade escolar como: o desenvolvimento de atividades recreativas nos espaços adaptados, acessibilidade aos banheiros, pátios, salas de aulas, salas de recursos multifuncionais, bibliotecas, entre outros espaços no âmbito escolar.

Para os professores possam desenvolver seus trabalhos os ambientes são de suma importância para todas as classes e com os alunos deficientes físicos não é diferente, pois os mesmos precisam ter acessibilidade no âmbito educacional. Continuando a entrevista perguntou-se na questão 2. **Esta escola possui as adaptações necessárias para receber alunos com deficiência física?** O quadro 3 traz o relato da comunidade escolar entrevistada.

Quadro 3. Adaptações no espaço escola para alunos com deficiências físicas. Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Entrevistados	Relatos
E ₁ - PROFESSOR	<i>“Sim. A escola possui em seu prédio uma estrutura adequada para receber esses alunos”.</i>
E ₂ - PROFESSOR	<i>“Sim. A escola possui rampas, banheiros adaptados, portas acessíveis e mobiliários adaptados”.</i>
E ₃ - ALUNO	<i>“Não. A estrutura da escola não está adequada para esse aluno, pois o espaço é pequeno e faltam rampas”.</i>
E ₄ - ALUNO	<i>“Não. Porque não existem rampas, os banheiros não são adequados, a sala de aula, as portas não têm tamanho adequado”.</i>
E ₅ - MÃE DE ALUNO	<i>“Está escola ainda não possui adaptações necessárias para esses alunos”.</i>
E ₆ - MÃE DE ALUNO	<i>“Não. Os alunos com deficiência enfrentam obstáculos na escola, à falta de banheiros adaptados, corrimão e a falta de mobiliário adaptado”.</i>

E₇ – MEMBRO DO CE	<i>“Sim. Rampas de acesso, corrimão e barras nos banheiros”.</i>
E₈ – MEMBRO DO CE	<i>“Sim. Há estrutura preparada para inclusão de alunos com deficiência com rampas, calçadas e portas adequadas”.</i>
E₉ - AUX. SECRETARIA	<i>“Sim. Mas a estrutura do ambiente precisa melhorar”.</i>
E₁₀ - SECRETÁRIO	<i>“Sim. Mas precisa melhorar muito uma vez que a Instituição a cada ano recebe mais alunos”.</i>
E₁₁ – VICE-DIRETORA	<i>“Sim. Mas faltam muitas coisas como: móveis adequados e funcionários capacitados”.</i>

De acordo com a maioria dos entrevistados a escola possui poucos espaços com acessibilidade e que precisam de reparos e até mesmo ampliação de novos espaços para atender a demanda com qualidade desenvolvendo assim atividades pedagógicas adaptadas de acordo com a necessidade de cada estudante.

Remover barreiras à aprendizagem é pensar em todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento, que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem de maneiras diversas, seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações. Qualquer criança experimentará a experiência da aprendizagem escolar como desagradável, como uma verdadeira barreira, se estiver desmotivada, se não encontrar sentido e significado para o que lhe ensinam na escola. (BRASIL, 1999. p. 61).

As dificuldades enfrentadas no dia a dia na vida dos educandos como a falta de ambientes com acessibilidade, por sua vez acaba desmotivando tanto os professores da educação inclusiva quanto os estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida e essas dificuldades precisam ser removidas do âmbito educacional ou até mesmo novas estratégias metodológicas necessitam ser desenvolvidas para atrair atenção dos mesmos nas atividades esportivas, de classe e extraclasse.

Com base nessas informações relatadas pelos entrevistados prosseguiu-se a entrevista perguntando-se na questão 3: **Quais os elementos necessários para a superação de barreiras/obstáculos e promoção da acessibilidade neste ambiente escolar?** O gráfico 1 traz o resultado em que a maioria (41%) dos entrevistados disseram que as rampas, corrimão, banheiros adaptados, (32%) destacou capacitação de professores da escola, de funcionários, palestras e orientações a toda comunidade escolar, e 16% afirmou que é a construção de guias rebaixadas, portas acessíveis, mobiliário adaptado, profissionais especialistas na deficiência.



Gráfico 1. O que é necessário para a superação de barreiras e promoção da acessibilidade escolar?
 Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Ainda de acordo com os dados coletados existem muitas coisas a ser melhoradas nas estruturas físicas da referida instituição de ensino como: corrimão, rampas de acesso aos deficientes físico para que assim possa melhorar a qualidade de vida e de ensino a essa clientela, além de formações continuadas capacitando os profissionais na área.

Da escola, para atuar na perspectiva da educação inclusiva com oportunidades de aprendizagem para alunos com deficiência, tem-se solicitado sua organização tanto em acessibilidade arquitetônica quanto curricular e pedagógica, considerando que as escolas, em sua maioria, encontram-se sem acessibilidade arquitetônica, mobiliário e material didático-pedagógico centrado nas necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, [...] (COSTA, 2012, p. 90).

Entende-se dessa forma que, para oportunizar os alunos com deficiências são necessários ser criados projetos arquitetônicos de escolas planejadas com acessibilidade de espaços específicos para essa demanda nas escolas das redes de ensino trabalhando assim a educação inclusiva desde as construções dos prédios para recebê-los da melhor forma possível e ainda está com mobílias e materiais didáticos adequados.

Tendo em vista a preocupação da comunidade escolar em relação à promoção da acessibilidade no âmbito educacional. Continuando a entrevista perguntou-se na questão 4. **Em sua opinião, a quem cabe promover a acessibilidade no ambiente**

escolar? O gráfico 2 traz o resultado em que (73%) disse que a responsabilidade de promover acessibilidade nas escolas é dos governantes por meio de projetos de construções de escolas adaptadas e 27% relatou que a acessibilidade é de responsabilidade do corpo docente.

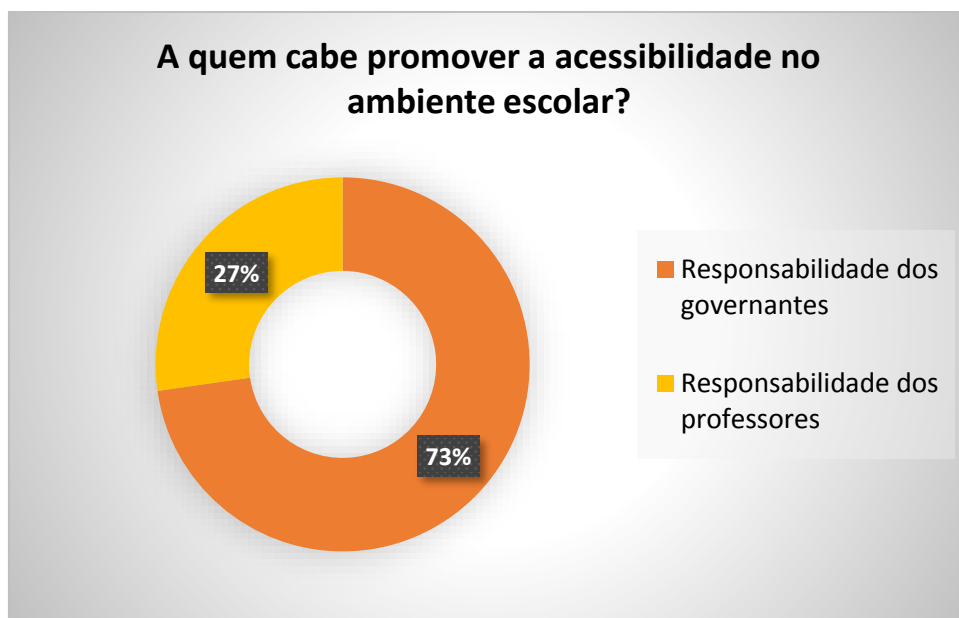


Gráfico 2. A quem cabe promover a acessibilidade no ambiente escolar? Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Percebe-se que maioria dos entrevistados respondeu que cabe ao poder governamental promover a acessibilidade, através de seus projetos e interesse para um melhor acesso aos deficientes, porem alguns ainda responsabilizam os professores para promover esta acessibilidade. A acessibilidade escolar é de responsabilidade do governo através de políticas voltadas para atender a demanda desse público, conforme Costa (2012, p. 89,90) que acrescenta:

Frente a essa demanda, a implementação das políticas públicas de educação e formação de professores vem desencadeando o processo de acesso dos alunos com deficiência ao currículo escolar e às classes comuns nas escolas públicas, por intermédio de práticas pedagógicas que considerem suas diferenças de aprendizagem, revelando a urgência por educação democrática, capaz de se constituir como alternativa à superação da diferença de aprendizagem como obstáculo ao acesso e permanência na escola pública e, assim, pensar nas possibilidades de afirmação de uma sociedade justa e humana.

Somente com apoio dos órgãos competentes, os docentes que trabalham na área com educandos especiais conseguem desenvolver um trabalho de qualidade

com estruturas físicas adequadas para as práticas pedagógicas, garantindo assim o direito da educação igualitária a todos sem distinção.

Prosseguindo a entrevista, interrogou-se ainda sobre os tipos de tecnologias que são usadas no cotidiano a questão 5. **Quanto às tecnologias assistivas, a escola possui e quais tipos que promovem a acessibilidade?** O gráfico 3 traz os dados coletados em que (55%) dos entrevistados disseram que existem poucos recursos, 27% relatou que não existem recursos e 18% respondeu que existe a sala de recursos.

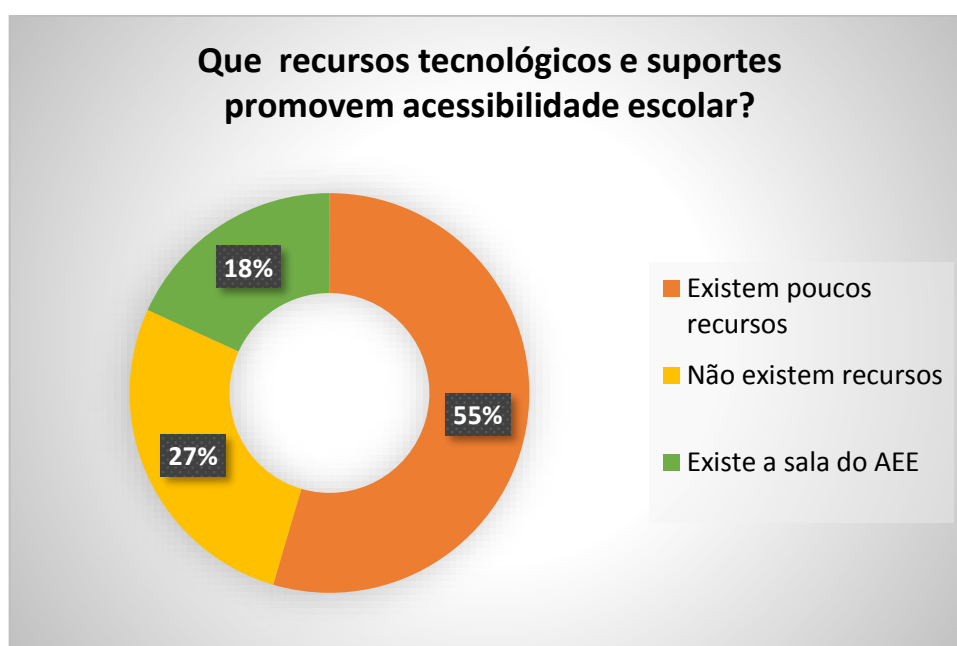


Gráfico 3. Que tecnologias e suportes promovem acessibilidade escolar? Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Em questionamentos sobre o uso de recursos tecnológicos ou suportes que promovam a acessibilidade existem poucos recursos na escola, porém existentes, a escola ainda precisa de equipamentos, de espaço que facilitem o acesso ao deficiente. Pode-se perceber que alguns dos entrevistados responderam que não existem recursos na escola, esses são os mesmos que responsabilizam o professor em promover a acessibilidade, esses alunos tem o apoio de professoras da sala de recursos juntamente aos professores da sala de aula que promovem de maneira diferenciada uma melhor aprendizagem.

A Tecnologia Assistiva (TA) vem dar suporte para efetivar o novo paradigma da inclusão na escola e na Sociedade para Todos, que tem abalado os preconceitos que as práticas e os discursos anteriores forjaram sobre e pelas

peças com deficiência. No entanto, o emprego das tecnologias, por mais promissor que possa ser está invariavelmente sujeito às restrições de ordem cultural, econômica, social e convém examinar com realismo. Existe uma tensão entre as possibilidades oferecidas pela tecnologia (elas próprias em mutação constante) e as condições de sua aplicação: o sistema social e educacional e os modos de gestão devem abrir espaço à tecnologia em um determinado nível de desempenho. (GALVÃO FILHO, 2012, p. 248).

Nos dias atuais a sociedade tem vivido a era de novas tecnologias e seus equipamentos modernos de última geração e tem sido usado com instrumentos essenciais nas escolas como ferramentas de usos pedagógicos e que são de suma importância na educação inclusiva que tem facilitado o desenvolvimento das atividades curriculares.

Muitas melhorias precisam ser realizadas nas escolas da rede de ensino, quando se trata da educação inclusiva e sobre os fatores de acessibilidade. Desse modo com a participação dos entrevistados procurou-se ainda na pergunta 6. **Cite os fatores que, em sua opinião, têm dificultado a adequação de sua escola para que possa ofertar plena acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?** O quadro 4 traz o relato da comunidade escolar entrevistada.

Quadro 4. Fatores que dificultam acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Entrevistados	Relatos
E ₁ - PROFESSOR	<i>“A comunicação interpessoal com surdos que não dominam Libras”.</i>
E ₂ - PROFESSOR	<i>“A adequação para as pessoas com deficiência e a qualificação profissional”.</i>
E ₃ - ALUNO	<i>“A adequação no espaço físico e a falta de profissionais qualificados”.</i>
E ₄ - ALUNO	<i>“A falta de acessibilidade adequada para cadeirantes e a falta de tecnologias”.</i>
E ₅ - MÃE DE ALUNO	<i>“A falta de recursos para os problemas nos reparos físicos e tecnológicos”.</i>
E ₆ - MÃE DE ALUNO	<i>“Espaço inadequados para cadeirantes e a falta de ambientes recreativos”.</i>
E ₇ - MEMBRO DO CE	<i>“A inexistência de políticas por parte dos governantes para esse tipo de público escolar”.</i>
E ₈ - MEMBRO DO CE	<i>“Reforma nos poucos espaços e ampliação para as práticas pedagógicas desses alunos”.</i>
E ₉ - AUX. SECRETARIA	<i>“O espaço é bem reduzido, por isso precisa de um espaço maior”.</i>
E ₁₀ - SECRETÁRIO	<i>“A falta de equipamentos e mobiliários adequados”.</i>
E ₁₁ - VICE-DIRETORA	<i>“A falta de profissionais qualificados, espaços físicos e mobiliários adequados”.</i>

De acordo com análise das respostas dos entrevistados verificou-se que a maioria dos questionamentos são muito similares, diante disto a destacou-se opinião de E₁₁ que resume os fatos afirmando que os fatores que mais se apresentam no cotidiano escolar é a falta de profissionais qualificados, espaços físicos e mobiliários adequados, ou seja, são problemas constantes no dia a dia escolar.

[...]a importância de se avaliar os impactos da implementação das políticas públicas de educação especial e inclusão escolar para além da matrícula compulsória, posto que as escolas, em sua maioria, não têm acessibilidade arquitetônica, mobiliário e material didático-pedagógico adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos; os professores, em sua maioria, revelam receio ante a inclusão justificado pela suposta falta de preparação prévia para lidar com alunos com deficiência;[...] (COSTA, 2012, p. 95, 96).

Apesar dos recursos e o atendimento da educação inclusiva nas escolas, ainda há muito a ser melhorado e ser discutido nas políticas públicas voltadas para educação inclusivas, pois a falta de estruturas físicas na acessibilidade escolar ainda é um problema constante em todo o país, como também a falta de mobílias adaptadas para atender a demanda e também mais cursos de capacitação profissional que ainda é muito procurado e a oferta de vagas são poucas.

Considerando que a Escola Municipal Educação Infantil e Ensino Fundamental Professor Juvêncio Correa é uma Instituição de médio porte e recebe todos os anos alunos de localidade circunvizinhas interrogou-se ainda na pergunta 7. **Você diria que esta escola promove a inclusão, em que escala de 0 a 10?** O gráfico 4 representa o resultado em que (37%) dos entrevistados deram a nota 08, (36%) deu nota 05 e ainda 27% enfatizou nota 07.



Gráfico 4. Escala de 0 a 10 na escola na promoção de inclusão. Fonte: Comunidade escolar, Barreiras, Itaituba/PA (2018).

Tendo em vista a participação dos referidos, percebe-se que a escola aos poucos está trabalhando para desenvolver uma melhor inclusão, pois uma escola

inclusiva se constrói através do apoio e colaboração de todos aqueles que fazem parte da educação. De acordo com o ponto de vista de E11: “Recebemos todas as crianças, com algum tipo de necessidades especiais, atendemos da melhor maneira possível, combatemos a discriminação”. Apesar de não possuir suportes adequados a escola atende todos sem exclusão, o que acaba sendo grandioso em dedicação.

Considerando a análise até então empreendida sobre políticas públicas de educação e formação de professores com vistas à democratização das escolas públicas e à inclusão dos alunos com deficiência, vale destacar a necessidade da identificação e superação das barreiras atitudinais, docentes, pedagógicas, curriculares e arquitetônicas que ainda permitem a segregação na escola pública. Barreiras essas que se contrapõem à educação inclusiva emanada da sociedade, isso é, uma educação democrática, política e de qualidade social. (COSTA, 2012, p. 96).

Ainda de acordo com o ponto de vista do autor muitas são as dificuldades enfrentadas pelos docentes que atuam com os alunos com deficiências físicas ou com pouca mobilidade, muitas atitudes e propostas pedagógicas podem mudar a vida dos discentes e as barreiras ser vencidas.

3.4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Diante dos desafios sobre a acessibilidade que foi apresentada durante as entrevistas, verificou-se que acessibilidade no âmbito educacional é um dos problemas constantes para os alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, como também para os docentes desenvolver suas atividades pedagógicas e para que sejam melhoradas as estruturas físicas da unidade escolar, nas reuniões poderiam ser discutidas propostas para assim então buscar melhorias na qualidade de ensino.

Nos Projetos Políticos Pedagógicos incluir atividades e eventos juntamente com toda comunidade escolar para arrecadação de fundos que auxiliará no comprar de materiais pedagógicos que facilitarão o desenvolvimento do ensino aprendizagem dos educandos. Dessa maneira os docentes que atuam com esse público obteriam êxitos em suas funções e atividades curriculares.

Outra forma de obter melhorias na acessibilidade escolar seria desenvolver projetos voltados para reforma e ampliação de novos espaços adaptados junto ao governo através de ofícios e em anexos de cópias dos projetos explicando as necessidades da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de pesquisas bibliográficas e de pesquisa de campo sobre a acessibilidade escolar do aluno com deficiência física. Desse modo, estudou-se sobre os aspectos históricos vivenciados pelos deficientes físicos, verificou-se que e como eles eram considerados pela sociedade daquela época como pessoas possuídas pelos demônios uma forma de pagar pelos seus pecados, além de ser abandonados eram também seres humanos sem valor e nem prestígios.

Observou-se ainda que durante muito tempo sofreram torturas não somente físicas como psicológicas e não tinham direitos e nem deveres de viverem em sociedade, pois sempre eram tratados como lixo humano além de ser discriminados o tempo todo. Só então anos mais tarde, descobriram que se tratava de deficiência física durante a formação do embrião, a partir daí então surgiram às leis que os ampara e lhe dão direitos e deveres.

Com o passar do tempo surgiram às legislações garantindo aos deficientes físicos melhores qualidade de vida, com direitos na acessibilidade e sem distinções na sociedade, sendo vistos como pessoas capazes de adquirirem suas conquistas através dos estudos através da educação inclusiva.

Nesse contexto, compreendeu-se a expansão das legislações em relação à acessibilidade no âmbito escolar proporcionando aos que necessitam uma educação com qualidade desde a Constituição de 1988, é retratado ainda o papel do professor a promoção da acessibilidade no âmbito educacional. O que se refere às estruturas físicas adequadas os mesmos passaram a ter esse direito de mobilidade, mas também a partir dessa modalidade de ensino surgem também os desafios da inclusão escolar e a acessibilidade, pois a maioria das escolas da rede de ensino não possuem escolas com acessibilidade para recebê-los.

Analisa-se ainda que a prática da inclusão é uma atividade desafiadora pois requer muito empenho e dedicação, além dos docentes está sempre buscando cursos de capacitações para melhor atender sua clientela e desenvolver um trabalho com qualidade obtendo êxitos em suas metodologias pedagogias dentro e fora da sala de aula.

Há muitos fatores envolvidos que dificultam o trabalho dos professores pois, o ambiente não possui acessibilidade, mobiliários adequados, para os profissionais realizarem suas atividades vivem trabalhados com materiais adaptados. Nota-se que

ainda muitos fatores precisam ser melhorados no âmbito escolar como reformas e ampliações de espaços adequados para professores e alunos desenvolver suas atividades no âmbito educacional.

A partir das observações e análise das entrevistas, pode-se concluir que não existe acessibilidade na escola como a falta de rampas em todos os espaços, corrimão e condições que adequadas que garantem a segurança e os direitos dos deficientes físicos ou com mobilidade reduzida. Verificou-se ainda que a escola possui poucos espaços adaptados e que precisam de melhorias em suas estruturas e ampliações em suas estruturas para melhor atender a demanda que a cada ano cresce.

Alguns elementos essenciais para superação das dificuldades de acessibilidade seriam as ampliações físicas, capacitações de profissionais para atuar na área, promoção de cursinhos de formações para toda comunidade escolar e também desenvolver projetos com objetivos de buscar melhorias para a instituição junto ao governo.

BIBLIOGRAFIA

AIME, Marcelo Ribeiro; SENA, Jackson Antonio da Silva de; AWAD, Hani Zehdi Amine. **Portadores de deficiência física nas aulas de educação física**. Encontro Científico Cultural Interinstitucional, Paraná, 2014.

AINSCOW, Mel. Torna a educação inclusiva: Como essa tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy; BARREIROS, Débora. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

AMIRALIAN, Maria; PINTO, Elizabeth; GHIRARDI, Maria; LICHTIG, Ida. MASINI, Elcie; PASQUALIN, Luiz. Conceituando deficiência. São Paulo; **Rev. Saúde Pública**, 2000.

APAEs. Federação Nacional das APAEs: **Legislação Comentada para Pessoas Portadoras de Deficiência e Sociedade**. Civil Organizada/Federação Nacional das APAEs. Brasília, 2003.

ARAUJO, Luiz Alberto David; COSTA FILO, Waldir Macieira da. O estatuto da pessoa com deficiência- EPCD (Lei 13.146 de 06.07.2015): algumas novidades. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2015.4

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Ministério Público do Trabalho, São Paulo, 2001.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. **Lei nº 7.853, de 24 de novembro de 1989**. Brasília, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 1.679, de dezembro de 1999**. Brasília, 1999. Disp. em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf> Acesso em 26 de Abril de 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Brasília, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 10.690 de 16 junho de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.690.htm> Acesso em 26 de abril de 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais**. Brasília: Ministério da Educação, v. 9 - SEED, 1999.

BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional-9.394/96**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CARVALHO, Maria A. Alves Sobreira; DURAND, Valmiza da Costa Rodrigues; MELO, Patrícia Diógenes de. A acessibilidade na escola como direito à educação: o que falam os estudos empíricos nacionais? **Rev. Pricipia**, João Pessoa, 2016.

COSTA, Alberto Martins; SOUSA, Sônia Bertoni. Integração/Inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências e Esportes**, Campinas, 2004

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Manual de Acessibilidade para escolas: o direito à escola acessível**. Brasília, Ministério da Educação, 2009.

DURAN, Anderson; PRADO, Paulo Kidzio. **Acessibilidade na educação inclusiva**. Sitientibus, Feira de Santana, 2006.

FONSECA, Ricardo T. Marques da. O novo conceito constitucional de Pessoa Com Deficiência: Um Ato de coragem. **Revista do TRT da 2ª Região**, São Paulo, 2012.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves e MIRANDA, Theresinha Guimarães. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2012.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: O que o professo tem a ver com isso?**. São Paulo, imprensa oficial, 2005.

GONÇALVES, Adriana Garcia. Desafios e Condições para Aprendizagem do Aluno com Deficiência. **Póiesis Pedagógica**, Catalão: GO, 2014.

GUERRERO, Elaine Maria Bessa Rebello. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, 2012.

ITAITUBA. **Plano Municipal de Educação (PME 2015-2019). Lei Municipal nº 2.853 de 24 de junho de 2015**. Revisado e alterado na IV Conferência Municipal de Educação, Itaituba: PA, 2017.

MACEDO, Paula Costa Mosca. **Deficiência Física Congênita e Saúde Mental**. Rio de Janeiro; Rev. SBPH, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza. A hora da virada. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**. Rio de Janeiro, 2005.

MAZZARINO, Jane Marcia; RISSI, Simone. Acessibilidade e Inclusão. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**. Florianópolis, 2011

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; PEREIRA, Ana Paula Medeiros. Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência Física. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, 2013.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, Deficiência e Educação Especial**. Uberlândia-MG; Unimep, 2003.

NASCIMENTO, Karina Patricio; RODRIGUES, Graciele Massoli; GRILLO, Denise Helena; MERIDA, Marcos. **A formação do professor de educação física na atuação profissional inclusiva**. Revista Mackenzie de educação física e esporte Jundiaí, 2007.

NONATO, Domingos do Nascimento. **Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência**. Orbis, Pará, 2011.

PACHECO, Kátia Monteiro de Benedetto; ALVES, Vera Lúcia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma**. ACTA FISIATR, 2007.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; ARAGÃO, Antônia Eliana de Araújo. ALMEIDA, Paulo César. **Acessibilidade e deficiência física: identificação de barreiras arquitetônicas em áreas internas de hospitais de Sobral, Ceará**. Esc. Enferm. USP, 2007.

PAULA, Ana Paula Marostegan de; BALEOTTI, Luciana Ramos. **Inclusão escolar do aluno com deficiência física: contribuições da terapia ocupacional**. Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Acessibilidade para a inclusão na escola: princípios e práticas**. Sitientibus, Feira de Santana, 2011.

ROSA, Ângela Coronel da. **Educação inclusiva no Brasil**. Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, 2005

SASSAKI, Romeu. Inclusão: O paradigma do século 21. In: **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**. São Paulo, 2009.

SILVA, Ana Paula Mesquito; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Paulo, 2014.

SOUSA, Eliza Martino de; TAVARES, Helenice Maria. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola**. Universidade Católica de Uberlândia, 2010.

APÊNDICE A –
QUESTIONÁRIOS À COMUNIDADE ESCOLAR

FAI – FACULDADE DE ITAITUBA

ACADÊMICA: DANIEELE SILVA ARAÚJO

MONOGRAFIA: ACESSIBILIDADE ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: ANÁLISE NA EMEIF JUVÊNIO CORRÊA, DISTRITO DE BARREIRAS, ITAITUBA-PA

Com o objetivo de realizar um estudo (monografia de graduação) sobre a acessibilidade na escola para o aluno com deficiência física, procurando identificar os desafios encontrados nessa área, contamos com sua colaboração nesta pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO:

Formação: _____

Tempo de convívio nesta Escola: _____ anos.

1. A Norma Brasileira (NBR 9050) disciplina sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Você já conhecia essa norma? Entretanto, pergunto: O que você entende por “acessibilidade escolar”?

2. Esta escola possui as adaptações necessárias para receber alunos com deficiência física?

3. Quais dos elementos abaixo seriam necessários para a superação de barreiras/obstáculos e promoção da acessibilidade neste ambiente escolar?

- | | |
|---|--|
| () rampas | () guia rebaixada |
| () corrimão | () portas acessíveis |
| () banheiros adaptados | () mobiliário adaptado |
| () Capacitação de professores | () profissionais especialistas na deficiência |
| () Capacitação de todos os profissionais da escola | |
| () Palestras/orientações com toda a comunidade escolar | |
| () Outros. Citar: _____ | |

4. Em sua opinião, a quem cabe promover a acessibilidade no ambiente escolar?

5. Quanto às tecnologias assistivas, a escola possui e quais tipos que promovem a acessibilidade?

6. Cite os fatores que, em sua opinião, têm dificultado a adequação de sua escola para que possa ofertar plena acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

7. Você diria que esta escola promove a inclusão, em que escala de 0 a 10?

Justifique:

Agradecemos a participação!

APÊNDICE B –
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA ESTRUTURA DA ESCOLA PESQUISADA



Frente da Escola



Aluno deficiente físico na sala de aula



Aluno deficiente físico fazendo a atividade



Sala Recursos da escola



Entrada para o 3ª pavilhão da escola



Banheiro adaptada da escola